

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional

Ano VII

Nº 196

De 13 a 26 de dezembro de 1984

Cr\$ 700,00

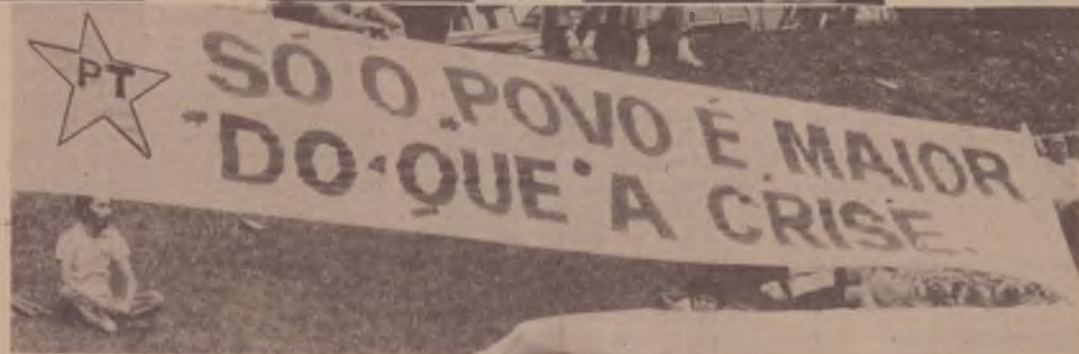


Militares cerram fileiras com Tancredo

Na reta final de chegada do Colégio Eleitoral, Tancredo já toca o coração da ditadura. Tancredo encontra Válder Pires, ministro do Exército, e recebe promessas de fidelidade dos ministros militares.

Em um jantar com setenta generais, Figueiredo brinda a Tancredo: "que Deus ilumine e guie os passos do futuro presidente". E recebe o convite para participar das manifestações da vitória de Tancredo no Colégio.

A ditadura abençoa a transição burguesa. (pág. 3)



PT se prepara para novas lutas

Enquanto a CUT recusa participar de uma reunião com os mensageiros de Tancredo e denuncia o pacto social, o PT realiza as suas convenções municipais e estaduais, consolida a sua posição de independência de classe.

(págs. 2, 8 e 9)

ESPECIAL

*Como
derrotar
Reagan*



Nesta edição, uma avaliação política das contradições da vitória de Reagan nas recentes eleições americanas.

E um artigo do teórico marxista inglês John Ross sobre a estratégia para lutar contra Reagan a partir das experiências do Vietnam. (págs. 12 a 15)

A história dos pactos sociais no Brasil

A Direção Nacional da CUT, reunida nos dias 1 e 2 de dezembro, firmou a posição da entidade de rejeição à proposta de pacto social lançada pela Aliança Democrática. É uma decisão que vem desdobrar as resoluções do I Congresso Nacional da CUT que marcaram claramente uma posição de independência de classe.

A CUT também decidiu conchamar o movimento sindical e estabelecer uma plataforma unitária de lutas, para a qual apresentará as suas propostas. Além disso, resolveu que não comparecerá à reunião promovida pelos Secretários de Trabalho estaduais, dia 15 em Belo Horizonte, cujo objetivo é a discussão das bases para um pacto social.

Na reunião da Direção Nacional da CUT, a companheira Ana Lúcia, secretária de Formação e membro de sua Executiva, apresentou um informe sobre a história dos pactos sociais no país. Em artigo para o EM TEMPO, ela sintetizou este informe que publicamos como uma contribuição ao debate que se desenvolve no movimento sindical.

A Aliança Democrática, através de seu candidato Tancredo Neves, está propondo a toda sociedade um pacto social. Como durante vinte anos de ditadura militar fomos governados por decretos-leis e pacotes, a proposta pode parecer totalmente nova e de interesse dos trabalhadores. O candidato da Aliança Democrática chegou a afirmar que, com este pacto, estaremos construindo uma nova república.

Em primeiro lugar vejamos o que é um pacto: um pacto significa um contrato social. Nós sabemos que só há um contrato quando as partes envolvidas são iguais. Ora, o pacto que é proposto aos trabalhadores envolve partes totalmente desiguais: eles são os patrões e nós somos os trabalhadores. Além disso, não temos liberdade e autonomia sindical, a greve é proibida por lei, o governo pode intervir nos sindicatos e cassar diretorias legitimamente eleitas.

Logo, o que está sendo proposto não é um pacto, mas uma aliança. Isto é, estão nos propondo entrar para a Aliança Democrática que é dirigida por eles. Quando a Aliança Democrática fala em pacto social, para criar uma "nova república", está querendo dizer pelo menos duas coisas:

1. Politicamente vão ser criados mecanismos que possibilitem um avanço da democracia, mas os trabalhadores e suas organizações serão mantidos sobre controle e nos limites do projeto político das classes dominantes.

2. Economicamente, em "novos moldes", será retomado o crescimento econômico que possibilitará uma nova fase da dominação e exploração capitalista no Brasil.

Se recuperarmos nossa história veremos que, para os trabalhadores, esta história de pacto social não é nova. Todas as vezes que se aprofunda a crise do capitalismo no Brasil e os trabalhadores avan-

çam em organização e lutas, os patrões vêm com esta proposta.

Getúlio Vargas, o precursor

Em 1930, quando de uma profunda crise do capitalismo, acentuada pela queda da bolsa de valores de Nova York em 1929, o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, propôs um pacto social pois, segundo ele, as organizações dos trabalhadores, "em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornariam, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado." As organizações e partidos políticos (PCB) que na época representavam os trabalhadores aceitaram o pacto entendendo-o como de interesse dos trabalhadores. E o que aconteceu?

No Brasil houve um grande desenvolvimento industrial. A sociedade que era essencialmente agrária-exportadora,

antes mesmo da deposição de Getúlio Vargas, as classes dominantes propõem aos trabalhadores um pacto social para "assegurar dentro do país um largo período de cooperação para que se possa processar o desenvolvimento de suas forças produtivas e a elevação do padrão de vida do brasileiro". Novamente os partidos e organizações ligadas aos trabalhadores aceitaram o pacto (PCB).

Deposto Getúlio Vargas em 29 de Outubro de 1945, convocaram-se imediatamente eleições diretas. Com a eleição do Marechal Eurico Gaspar Dutra para presidente (1946), a proposta do pacto social avança e, a partir de 1946, os reformistas (PCB), que praticamente controlavam o movimento sindical, atuam no sentido de, por um lado desmobilizar as greves e, por outro, de lutar pela liberdade e autonomia sindical.

No período de 1946-1950 a aceitação do pacto significou para os

discursando no ginásio do Vasco da Gama em 1º de maio de 1951 propõe aos trabalhadores um pacto social para edificar uma nova era: "Preciso de vós, trabalhadores do Brasil meus amigos, meus companheiros de uma longa jornada (...) Preciso de vossa união; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo (...) Trabalhadores do Brasil (...) o povo me acompanha na esperança de que meu governo possa edificar uma nova era de verdadeira democracia social e econômica" (...).

Getúlio queria o apoio das massas trabalhadoras para levar à frente seu projeto de industrialização, sua política de protecionismo econômico e suas soluções nacionalistas. Em contrapartida ao apoio recebido dos trabalhadores e de suas organizações ligadas ao PTB e PCB, Getúlio manteve a legislação fascista de atrelamento do sindicato ao Estado, concedeu um aumento salarial que não repôs as perdas salariais. Se tomar-

em 5. Em 1956 quando Juscelino assumiu, o Brasil montava 2.700 carros por ano. Em 1961 quando ele saiu fabricávamos 370.000 carros por ano.

Este crescimento vertiginoso foi conseguido com uma super exploração da força de trabalho na cidade e no campo. Apesar do aumento da produtividade do trabalho, o governo manteve uma política de arrocho salarial, assim como a repressão aos movimentos grevistas. Permaneceu a legislação de atrelamento do sindicato ao estado e a cassação do registro do PCB. A expansão acelerada do capitalismo no campo, através de grandes projetos agropecuários e de rodovias, expulsou milhares de trabalhadores da terra, proletarizando-se no campo ou nas periferias das cidades.

Este acelerado processo de expansão do capitalismo, no campo e na cidade, contraditoriamente fez crescer a classe operária e avançar seus níveis de consciência, de luta e organização. Os trabalhadores passaram a exigir profundas reformas de base. Reformas que tanto podiam réarticlar a expansão capitalista no país como promover uma ruptura com o capitalismo, rumo ao socialismo. O pacto social proposto por Jango Goulart (1961-1964), para conter o próprio avanço da luta de classes no Brasil, significou a participação das organizações dos trabalhadores no governo, para promover as chamadas "reformas de base."

A extrema concentração de capital implantada nestes vinte anos de ditadura militar no Brasil se, de um lado lançou na miséria milhões de trabalhadores, de outro, fez avançar seus níveis de consciência e organização. Hoje, na consciência de milhões de trabalhadores está nítido que o nosso principal inimigo é o capital.

De um lado estamos nós os trabalhadores, de outro, estão os patrões. Não dá mais para fazer pactos.

Foi neste processo de avanço da consciência de classe e das lutas dos trabalhadores que nasceu a CUT. A CUT veio para unificar as lutas dos trabalhadores e ajudar a consolidar o bloco dos que lutam pela independência de classe dos trabalhadores. É por isto que todos aqueles que lutam pela independência de classe dos trabalhadores, independente do partido político a que pertençam estão na CUT. E, todos aqueles que aceitam continuar fazendo pactos com a burguesia estão com a Conclat ou com os pelegos tipo C.N.T.I.

Como a burguesia tem boa memória, e agora mais do que nunca ajudada por um enorme grupo de intelectuais (que até ontem estava ao lado dos trabalhadores) a manter viva sua memória e realizar seus projetos, ela sabe o quanto lucrou com todos os pactos que historicamente propôs aos trabalhadores. É bom que nós trabalhadores recuperemos nossa memória e recordemos os prejuízos que tivemos com os pactos que aceitamos.

Por isto a CUT diz não ao pacto social proposto pela Aliança Democrática. É possível que venha por aí um "novo 1945. Redemocratização sim, mas sem a classe operária."



Getúlio Vargas



Cinquenta anos de desenvolvimento capitalista...



Tancredo Neves



nao aliviaram a miseria da classe trabalhadora

transformou-se numa sociedade urbano industrial (1930-1945). No mesmo período, as condições de vida e os salários da maior parte dos trabalhadores pioraram. Os sindicatos sofreram violentas intervenções, as greves foram reprimidas, lideranças do movimento foram presas, torturadas, deportadas, assassinadas. Por fim, o governo promulgou uma legislação fascista que atrelou os sindicatos ao Ministério do Trabalho para controlar as atividades e as organizações dos trabalhadores (Lei nº 19.770 de 1931 e C.L.T. 1943). Tudo isto visando assegurar, sem resistência dos trabalhadores, a expansão industrial do Brasil.

O Governo Dutra

Apesar da existência desta legislação fascista, apesar das intervenções nos sindicatos, das prisões, dos assassinatos, deportações, apesar da existência de um governo ditatorial, a partir de 1945 as greves e manifestações dos trabalhadores vão aumentando. Uma forte oposição à ditadura formada por trabalhadores, intelectuais, estudantes começa a se articular.

trabalhadores: manutenção da legislação fascista de atrelamento do sindicato ao Estado, queda do poder aquisitivo dos salários com a constante elevação dos preços, contínuas intervenções nos sindicatos.

Dos 933 sindicatos existentes no país, cerca de 400 sofreram intervenção. Proibição do direito de greve, pelo decreto lei 9070. Cassação do registro do PCB que saíra das eleições como o quarto partido do país. Cassação do mandato de todos os seus parlamentares, senador, deputados federais e estaduais, com prisões de alguns deles. A redemocratização que fora conquistada no processo de lutas de toda a sociedade, com a ativa participação dos trabalhadores, ao traduzir-se no pacto social aceito pelo movimento sindical, para os trabalhadores significou repres-

Democracia sim, mas sem a classe operária.

Getúlio Vargas, que assumiu em 1951 eleito pelo voto direto,

mos o ano de 1940 como base (igual a 100), em 1943 os salários dos trabalhadores na indústria seria 104. Em 1946 caíram para 90, em 1949 para 87, em 1952 para 64 e 1955 para 58. Além disso, manteve as intervenções nos sindicatos e a cassação do registro do PCB.

O suicídio de Getúlio Vargas em 1954 significou a vitória das forças políticas que defendiam o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. Abrir as portas do Brasil à maciça penetração do capital estrangeiro foi a tarefa do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960).

Juscelino conseguiu um amplo pacto social que gerou toda uma euforia desenvolvimentista no Brasil. Segundo ele, "graças à compreensão entre empregados e empregadores puderam levar-se a bom termo os entendimentos, as soluções adequadas, mesmo quando as greves chegaram a deflagrar. Estas de pouca duração, não produziram sensíveis abalos na estrutura econômica ou na harmonia social (...)" Realmente, em certos setores, o Brasil cresceu 50 anos

Os militares cerram fileiras com Tancredo

O candidato da Aliança Democrática foi entrando na casa da ditadura pela cozinha e já conta com o apoio de Figueiredo e das Forças Armadas para seu governo.

E Tancredo, como já prevíamos, tocou o coração da ditadura. Da aliança com a Frente Liberal à conquista do apoio dos governadores do PDS e dos ex-andreazzistas, Tancredo foi entrando na casa do regime pela cozinha. Os fatos ocorridos nos últimos dias demonstram até para quem não quer ver que as Forças Armadas e Figueiredo já abençoam a candidatura Tancredo, cercam fileiras atrás da transição burguesa.

No último dia 23, Tancredo teve o seu segundo encontro com o ministro do Exército, Válder Pires, nos últimos meses para discutir a relação de seu governo com as Forças Armadas. O encontro, desmentido várias vezes por Tancredo nos dias seguintes, foi confirmado por fontes militares e até descrito em detalhes pela revista *Veja*. No primeiro encontro, realizado no mês de outubro, Tancredo além de convidar Válder Pires a permanecer à frente do ministério do Exército, teria lhe dado garantias de que os militares corruptos ou que participaram da tortura e assassinato de presos políticos não serão punidos. O general Válder Pires pediu e recebeu a promessa de ser convidado para embaixador do Brasil em Portugal.

Já no dia 13 de novembro, Tancredo se avistara com o ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, em um jantar oferecido aos dois pelo deputado Paulo Mincaroni (PMDB-RS). Neste jantar, Tancredo tomara conhecimento de uma outra iniciativa do Exército, visando a aproximação com Tancredo: a substituição do general Newton Cruz do Comando Militar do



Figueiredo: "Deus ilumine e guie os passos do futuro presidente".

Planalto e sua transferência para o cargo de vice-chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército (DGP).

Os sinais da aproximação da candidatura Tancredo do núcleo da ditadura continuariam a se suceder rapidamente. Em seu discurso de encerramento do ano legislativo na Câmara o líder do PMDB, Freitas Nobre fez o elogio de Figueiredo "pelo importante papel que representou na fase de redemocratização do país". Em seguida, um cortejo de deputados peemedebistas, com Fernando Lira à frente, subiu a rampa do Planalto para cumprimentar Figueiredo em um gesto de boa vontade.

No dia 5 de dezembro, na presença de mais de setenta oficiais-generais das

Forças Armadas, seria a vez de Figueiredo retribuir: ao final de seu discurso, desejou "que Deus ilumine e guie o nosso futuro presidente", após afirmar que "novos tempos estão chegando".

Três dias depois, são os governadores do PMDB de Minas, do Paraná e do Acre que convidam Figueiredo para participar de manifestações públicas em seus Estados.

Finalmente, o porta-voz do Planalto confirma a marcação de um encontro público de Figueiredo e Tancredo para antes da reunião do Colégio Eleitoral, selando com fecho de ouro a passagem da ditadura militar para o governo civil da burguesia que comandará a transição burguesa.

Tancredo e o uso dos mitos

Jogando duplo, blefando todo o tempo, de máscaras no rosto, a candidatura Tancredo construiu mitos atrás de mitos para se consolidar.

Quando a idéia da candidatura Tancredo foi lançada por Montoro, ela recebeu o nome de "ambivalente": seria uma forma de viabilizar a continuidade da campanha das diretas, agora em torno de um candidato que, neutralizando os temores do regime, criaria as condições de uma nova emenda pelas diretas ser aprovada. Na verdade, para os seus propositores já estava claro que a candidatura Tancredo visava o Colégio Eleitoral e não o pleito direto.

Logo em seguida, quando o seu lançamento se consolidou, ela procurou se legitimar através do argumento que a conquista das diretas era já impossível, que era agora necessário combater o regime em seu próprio terreno, "usar o veneno da cobra para matar a cobra" na fórmula de Ulisses Guimarães. Porém, ficaria logo em seguida transparente que também este argumento não era real: o PMDB era quem jogava na desmobilização da campanha, evitando apoiar a tramitação da emenda Teodoro Mendes, assinando com o PDS um acordo para regulamentação do Colégio.

Em um terceiro momento, os apoiadores de Tancredo buscaram polarizar em volta à sua figura explorando a dis-

puta no Colégio, alarmando sobre o perigo da vitória de Maluf, qualificando-o como o fascismo em ascensão que era preciso deter a qualquer custo. No entanto, já neste período a candidatura Maluf estava em um beco sem saída, sem conseguir unificar o PDS, a burguesia e as Forças Arma-



das. A continuidade dos fatos veio revelar a sua fragilidade política, demonstrando que ele era marginal em sua própria classe.

Finalmente, quando a vitória da candidatura Tancredo já estava consolidada e com uma evidente maioria no Colégio, o tema de sua campanha se voltou para o perigo do golpe, das alterações da regra do jogo com a renúncia

de Maluf. De novo mais um mito: as Forças Armadas e a burguesia estavam completamente distantes da alternativa do golpe, já Tancredo tecia a penetração da sua candidatura nos últimos redutos militares, no próprio coração da ditadura.

Estes temas foram repetidos nestes últimos meses por mil vozes, dos grandes meios de imprensa e difusão burguesa aos jornais das correntes estalinistas (o PCB, o PC do B, o MR-8). Acusou-se o PT de esquerdista por ainda lutar pelas diretas, de malufista por não querer apoiar Tancredo.

Agora, quando Ulisses Guimarães classifica a proposta de diretas de golpe, quando Maluf se apresenta derrotado e desmoralizado, quando Figueiredo e as Forças Armadas já dão a sua bênção ao futuro governo Tancredo, o que restou destes mitos?

Conservadora, dependente do imperialismo, anti democrática a burguesia faz política jogando duplo, blefando, de máscaras no rosto. E Tancredo, o político da oposição que sempre transitou bem nos arraiais da ditadura, formado em décadas de exercício da política burguesa é o personagem ideal da ambiguidade, do que parece ser e não é.

EDITORIAL

O PT se prepara para novas lutas

A quase um mês da reunião do Colégio Eleitoral, o PT confirma a posição de boicote às eleições indiretas e de repúdio à candidatura burguesa de Tancredo Neves. Estas posições têm sido ampla e esmagadoramente votadas pelos filiados do partido que atenderam ao chamado da direção para escolher entre três propostas apresentadas, pelas pré-convenções municipais e estaduais já realizadas.

Da mesma forma, a direção nacional da CUT reunida em São Paulo recusou o convite para participar de uma reunião para discutir o pacto social em Belo Horizonte no próximo dia 15 de dezembro e reafirmou a sua disposição de continuar organizando os trabalhadores em torno às suas reivindicações.

A importância deste não à transição burguesa, deste não ao pacto social não pode de maneira alguma ser desprezada. As pressões políticas que se desencadearam sobre o partido nos últimos meses foram fortíssimas, tendo como base o crescimento avassalador da candidatura Tancredo, o isolamento da proposta de continuidade da luta pelas diretas já. Nunca na história do partido as pressões para derrotar o seu projeto político, para romper a sua independência de classe foram tão fortes.

Este não abre as portas para as lutas futuras do partido, para o seu crescimento, para o aprofundamento de suas vinculações com os interesses dos trabalhadores. É um referencial inestimável para o movimento operário que vem construindo a duras penas a sua organização sindical e partidária. Sem este posicionamento, qualquer avanço organizativo está desde já minado, a confusão política se estabeleceria nas fileiras do movimento operário.

Além deste jato fundamental, o partido parece agora superar um debate interno de profundas implicações para desempenhar o papel de vanguarda na luta pela democracia. O documento apresentado pelo núcleo dirigente do partido em São Paulo já defende a bandeira da Assembleia Constituinte Livre, Soberana e Democrática e ao que tudo indica esta bandeira será incorporada ao programa do partido.

Em defesa da democracia

Em um outro plano, reabre-se a discussão sobre a importância do PT se dotar de uma tática visando a constituir com outras forças e entidades do movimento operário-popular uma frente de oposição a Tancredo, alargando o trabalho do partido e ampliando as suas possibilidades de mobilização. Esse debate é também decisivo para o partido, principalmente no que se refere à adoção de uma tática de frente única.

Por fim, a conjuntura do partido é educativa no sentido de demonstrar a vinculação necessária da defesa da independência de classe do partido com a sua democracia. São exatamente os parlamentares que propõem o apoio a Tancredo que abrem fogo contra a tradição democrática das pré-convenções e ameaçam romper com a decisão da maioria. Cresce na base do partido a reivindicação de que a pré-convenção nacional deve tomar medidas em defesa da democracia do partido, exigindo a subordinação da bancada parlamentar às decisões das instâncias do PT e propondo o desligamento político daqueles que fraudarem a decisão da maioria, encaminhando o seu apoio à candidatura burguesa de Tancredo Neves.

ABC E GRANDE SÃO PAULO

A CUT realiza seus congressos

Nas duas regiões de maior concentração operária do país, a Central Única dos Trabalhadores dá passos importantes para construir a sua centralização e organizar campanhas unificadas.

Duas CUTs regionais — a do ABC e a da Grande SP — realizaram no final de novembro e início de dezembro seus congressos. Estes dois congressos, nas regiões de maior concentração operária do país, elegeram direções com mandato de um ano e voltaram-se para a discussão da situação política nacional, para o encaminhamento da Campanha de quatro pontos da CUT (40 horas, salário desemprego, reajuste trimestral e reforma agrária) e para uma política de construção regional da CUT.

O Congresso Regional do ABC

A CUT do ABC foi a primeira a ser criada no Estado de São Paulo, em setembro de 1983. Sua base sindical é fortíssima. Entre os seus filiados estão os grandes sindicatos operários da região: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (110 mil operários), o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (45 mil operários), o Sindicato dos Químicos (40 mil operários), o Sindicato dos Motoristas (20 mil trabalhadores), o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Bernardo (15 mil), o Sindicato da Construção Civil de São Caetano (8 mil), o Sindicato dos Petroleiros de Mauá (mil), a base regional do Sindicato dos Vidreiros (5 mil), a base regional do Sindicato dos Coureiros (800), e conta também com a APEOESP e várias associações regionais.



É importante ver o papel que esta CUT tem para o conjunto do operariado da região: ela já negociou como direção de greve em fábricas importantes como a Bom-Bril e a Swift, que estão na base de sindicatos não vinculados à CUT.

Participaram do Congresso, realizado nos dias 23, 24 e 25 de novembro, dezesseis entidades, sendo nove categorias representadas por delegados (representando 281 mil trabalhadores), quatro categorias representadas por observadores e três categorias representadas por convidados.

Na Resolução sobre a política nacional e a situação econômica o Congresso do ABC reafirmou o boicote ao Colégio Eleitoral e a luta pelas diretas já, negando a legitimidade ao presidente indicado pelo Colégio Eleitoral.

Indo além, o Congresso deixa claro a sua posição "...contra o pacto social que está sendo proposto por Tancred e seus aliados, particularmente as Federações e Confederações, pois este

pacto não é nada mais, nada menos, do que a continuidade da exploração e da miséria que estamos sofrendo, jogando o preço da crise do sistema mais uma vez nas costas dos trabalhadores. Jun-



to ao repúdio à proposta do pacto social temos que fixar também a posição dos trabalhadores de rompimento com o FMI, o não pagamento da dívida externa".

Como forma de enfrentar a questão da dívida externa e do FMI o Congresso ressalta "...a necessidade de uma maior aproximação dos trabalhadores e do movimento sindical da América Latina".

Após reafirmar a Campanha da CUT pelas quatro bandeiras (jornada de trabalho de 40 horas, pelo reajuste trimestral, salário desemprego e reforma agrária) conclui que "...devemos ter claro a perspectiva global que oriente nossas lutas no sentido de construir uma sociedade justa, socialista, sem explorados nem exploradores e onde o fruto de nosso trabalho seja distribuído segundo as nossas necessidades".

Plano de lutas

No plano de lutas se destaca a proposta da realização de uma manifestação no dia 15 de janeiro de 1985, data da reunião do Colégio Eleitoral, que será preparada pela CUT Regional; a realização de mutirões, mini comícios e debates nos bairros e cidades da região, "explicando o que significam Maluf e Tancredo tendo em vista também a oposição ao futuro presidente"; e ainda há a proposta de abertura do debate sobre a Assembléia Constituinte Soberana e Democrática nas instâncias da CUT.

Para o 1º de maio de 1985 foi aprovado que "...seja declarado um Dia Nacional Pelo Rompimento com o FMI e pelo Salário Mínimo Real, precedido de uma campanha de agitação e divulgação".

Houve ainda uma série de decisões sobre a estruturação e implantação da CUT/ABC, que buscaram levar a CUT a se organizar e enraizar nas bases das categorias. Dentre elas se destaca as propostas de dinamizar as secretarias,

incentivar a Secretaria de Imprensa que considerou o Congresso ser importante para "...divulgar as lutas, colocando claramente a solidariedade e relações inter categorias, que é o caminho da

ção no Sindicato dos Metalúrgicos, onde uma vitória da oposição teria mudado a qualidade da construção da CUT na região).

O Congresso que se realizou nos dias 30 de novembro e 1 e 2 de dezembro não conseguiu superar inteiramente os problemas anteriores. Um elemento importante para a não reversão do quadro foi a não participação da Oposição Metalúrgica no Congresso, pois não foi possível a eleição dos seus delegados (foram realizados duas assembleias de metalúrgicos, que não atingiram o quorum), principalmente pelo envolvimento na greve da Ford.

O resultado do Congresso não apresenta, em termos do teor das resoluções adotadas, muitas diferenças em relação às propostas aprovadas em São Bernardo.

Em São Paulo foi aprovado, além do que foi no ABC, a proposta de realização de ativos por categorias com a finalidade de discutir tanto a campanha nacional da CUT como a organização da CUT em cada categoria, com a formação de núcleos de apoio à CUT. A partir destes ativos se realizariam encontros por sub regiões da Grande São Paulo.

O Congresso, no geral, refletiu novamente as limitações da CUT na Grande São Paulo (exceto ABC), o que coloca grandes problemas a serem superados no processo da construção da CUT regional.



Aqui os problemas da implantação são bem maiores, já que para garantir um bom resultado é fundamental que o trabalho entre categorias cujos sindicatos estão com diretorias que não apoiam a CUT dê frutos.

Para tanto é muito importante que o conjunto da CUT, em particular a sua direção estadual, apoie a construção regional.

A importância da organização regional da CUT

Estes Congressos apontam para um processo que é necessário reforçar, a da efetiva estruturação da CUT, concretizando a sua ação e organização desde a base. As CUTs regionais têm aí um papel decisivo. São passos para massificar e mesmo possibilitar o desenvolvimento das campanhas já aprovadas pela CUT; fazendo-a aparecer para o conjunto dos trabalhadores como uma necessidade para as suas lutas cotidianas se fortalecerem.

SÃO PAULO

Um balanço da greve geral da Ford

EM TEMPO inicia nesta edição uma avaliação de uma das mais importantes greves que agitaram a categoria metalúrgica em São Paulo, a experiência de um movimento que se iniciou formado unitariamente por quatro comissões de fábrica da Ford.

A recente greve da Ford Ipiranga, em São Paulo, abre um debate fundamental para todo o movimento operário e para a CUT em particular.

Esta greve deveria ocorrer simultaneamente em quatro unidades da Ford: Ipiranga, Taubaté, Osasco e S. Bernardo. Taubaté e S. Bernardo não entraram em greve e Osasco, depois de uma paralização por um dia, retornou ao trabalho. Assim, um movimento inédito — uma greve conduzida por Comissões de Fábrica de um mesmo grupo patronal — levou ao isolamento do movimento em apenas uma das fábricas.

Nesta edição, **EM TEMPO** inicia um debate sobre as razões deste resultado, sobre as reflexões necessárias sobre esta experiência. Para realizá-lo é imprescindível considerar os balanços realizados pelas Comissões de Fábrica do Ipiranga e de S. Bernardo, além dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo. Ouvimos o companheiro Lúcio Bellentami da Comissão de Fábrica da Ford-

Ipiranga e candidato a secretário-geral pela última chapa de oposição ao sindicato. Não foi possível entrevistar os companheiros de S. Bernardo, pois iniciava-se — quando do fechamento desta edição — a paralização em várias montadoras do ABC, entre elas a Ford.

O balanço dos companheiros de S. Bernardo — a sair na próxima edição — junto ao que a Comissão de Fábrica da Ford Ipiranga nos apresenta agora — ajudarão a debater duas questões de grande importância para o movimento operário.

Comissão de Fábrica e Sindicato

A primeira delas é a própria compreensão da Comissão de Fábrica, tanto frente à estrutura sindical — seja ele dirigida por diretorias combativas ou não — como também no estabelecimento da democracia operária no interior das fábricas. A autonomia das comissões é uma exigência não só pelo fato do atre-

lamento da atual estrutura sindical ao ministério do Trabalho mas porque a comissão representa uma forma de organização mais avançada, que expressa a auto-organização operária. De outro lado, também é uma discussão sob que bases deve se pautar as relações entre a comissão e o coletivo da fábrica. A sobrevivência da comissão está intimamente ligada à sua capacidade de estabelecer uma relação democrática entre ela e o coletivo.

A segunda grande questão aberta pela greve da Ford diz respeito ao papel da CUT na unificação das lutas operárias, na sua intervenção para garantir a unidade dos trabalhadores. Neste episódio, a CUT esteve ausente e esta ausência fez-se sentir na dificuldade em fazer prevalecer os interesses gerais do movimento sobre interesses localizados. A superação dos limites atuais da CUT é mais do que decisivo para, usando as palavras do companheiro Lúcio, avançar de uma consciência de lutas para uma consciência de classe.

A avaliação de Lúcio, da comissão de fábrica da Ford Ipiranga

“ Em outubro, quando fechamos, entre as quatro comissões de fábrica da Ford, a pauta comum de reivindicações ficou bastante clara que iríamos até as últimas consequências, até a greve. Aí começou o primeiro problema. Nenhuma das comissões colocou qualquer obstáculo ou problema para desenvolver esta luta comum. Mas, pelo que viemos a saber, em S. Bernardo, ainda em outubro, quando o sindicato negociou com a Sinfavea, este exigiu um compromisso de não fazer movimento nas montadoras por reivindicações econômicas. O Sindicato não assinou, mas ficou uma forte pressão dos patrões neste sentido. E isto não foi dito na reunião das comissões, apesar de na comissão da Ford/S. Bernardo haver diretores do sindicato.

“A gente estava confiando no acordo entre as comissões. Quando saiu o nosso segundo boletim, de novembro e já perto da greve, começamos a ficar preocupados. Companheiros da Ford Ipiranga, que têm irmãos, parentes e conhecidos na Ford de S. Bernardo perguntavam como estava a movimentação lá, se estavam preparados para parar, e o pessoal não sabia do movimento. Entramos em contato com S. Bernardo e levantamos o problema. Os companheiros de S. Bernardo mantiveram a mesma posição da reunião das comissões, de que iriam parar no dia combinado. Nós observamos, no entanto, que os métodos de trabalho eram diferentes.

“Dia 19 de novembro veio a resposta da Ford Ipiranga à pauta comum de reivindicações. Imediatamente fizemos quatro assembleias. O pessoal queria parar no mesmo dia. A comissão, no entanto, propôs que a paralização ocorresse depois de um balanço juntamente com as outras comissões. De novo contactamos com S. Bernardo e nos informaram que havia dificuldades para parar. Nesta altura, a greve na Ford Ipiranga já era irreversível”.

A greve

“Dia 20 paramos completamente.

Fomos para S. Bernardo, em delegação, e reunimos com toda a comissão de fábrica, o Meneguelli e outros diretores do sindicato. Cobramos o posicionamento acertado entre as comissões. Disseram que na quinta-feira, dia 22, iriam parar. Oferecemos ajuda e mandamos 26 companheiros para distribuir os boletins. Vimos então que era naquele momento que os operários da Ford de São Bernardo tomavam conhecimento da pauta comum de reivindicações. Na quinta-feira, mandamos de novo uma delegação para participar da assembleia que deveria decidir a greve. A assembleia tratou de vários assuntos, mas não foi colocado em votação e nem proposta a entrada em greve”.

“Aí começa a ocorrer um fato novo: os ônibus que levam os operários para a Ford de São Bernardo passam em frente à unidade do Ipiranga e o pessoal em greve ia para a porta da fábrica e gritava para os companheiros. Pediam a adesão, aliás, cobravam a adesão e de forma muito dura. Começou a criar um anseio na massa de São Bernardo, da Ford, em aderir ao movimento. Mas não havia direção para ir neste sentido”.

“A greve que começou agora, inclusive, não ocorreu por iniciativa da comissão e o que parecia que não mobilizava — o abono de emergência — é o que está sendo mais reivindicado. A greve que começou na última quinta-feira, dia 6, começou por iniciativa da ferramentaria”.

A relação entre a Comissão e o coletivo da fábrica

“Decidimos, antes de entrar em greve, que a comissão de fábrica só faria reuniões abertas, com a participação e o voto de todos os companheiros presentes. E isto foi feito durante toda a paralização. No dia da assembleia final, no entanto, resolvemos que era necessário fazer um balanço só da comissão, pois era necessário uma avaliação muito aprofundada do que realmente tinha acontecido. Nem o Sindicato, a

diretoria, foi permitido participar. Foram mais de três horas de reunião e em seguida convocamos uma reunião com todos os ativistas — mais de duzentos e cinquenta companheiros — e demos todo o balanço do isolamento de nossa greve: a não entrada de Taubaté, a saída de Osasco e a não entrada de São Bernardo. A posição da comissão de fábrica da Ford Ipiranga era de que o recuo era a melhor saída naquele momento, embora tivéssemos condições de continuar por muito mais tempo a greve”.

“Mas o recuo se colocava para não termos de depois cair na discussão do problema da reposição salarial. Colocamos também os cargos de todos os membros da Comissão à disposição do coletivo. O nosso entendimento era e é de que a comissão é de todos os companheiros da fábrica e que caberia, naquele momento, também avaliar o trabalho da Comissão”.

“Todos os presentes, e mais tarde a assembleia, confirmaram por consenso a continuidade dos membros da Comissão. Esclarecemos também que a questão da Comissão não estava vinculada à proposta de volta ao trabalho”.

“O que se viu neste momento foi uma grande demonstração de unidade e de mobilização dos operários. O ferramenteiro saiu para reunir a ferramentaria e assim por diante. Todos defendiam a unidade do movimento”.

O isolamento e o papel da CUT

“Sou da direção nacional da CUT, estamos intimamente ligados ao sindicalismo de São Bernardo, somos oposição em São Paulo”.

“Por que o isolamento da greve da Ford Ipiranga?”

“Outra questão é a da omissão das informações ao trabalhador. Aquelas informações que interessam ser passadas, são passadas. Se não, não são. Esse tipo de coisa, de tratar a massa como massa de manobra, precisa acabar. Isso se temos o interesse de construir uma Central Única dos Trabalhadores,



e um partido realmente da classe trabalhadora”.

A unidade do movimento

“Essa tentativa de puxar uma greve por quatro comissões de fábrica do mesmo grupo empresarial — e confesso que entendia como uma grande iniciativa em proveito da unidade mais geral do movimento — era de uma importância muito grande. Posso dizer que quem sempre falou em unidade faltou com ela. E o que acabou acontecendo foi dar armas para o inimigo”.

A relação comissão de fábrica - sindicato

“É outra questão aberta. Defendo, e já defendi em São Bernardo, a autonomia das comissões de fábrica frente ao sindicato, seja ele combativo ou não. E, além disso, que as comissões tenham em todo o tempo uma relação aberta, sem esconder nada, com o coletivo da fábrica”.

Consciência de luta e consciência de classe

“São Bernardo, o sindicato, adquiriu uma consciência de luta primeiro do que o geral da classe. Mas a consciência de classe é outra coisa e esta ainda não foi atingida. A greve da Ford Ipiranga, pelo menos aqui, como embrião, além desta consciência de luta fez com que adquiríssemos uma consciência de classe”.

“Todo este debate é necessário ser feito dentro da CUT. E pretendo propor uma reunião junto à executiva nacional para que possamos levá-lo em frente.”

”

”

RIO GRANDE DO SUL

Realizado o I Encontro Estadual contra o desemprego

Como forma de aglutinar as forças e preparar o terreno para novas mobilizações, 180 representantes de núcleos de luta contra o desemprego se reuniram na capital gaúcha.

Nos dias 3 e 4 de novembro, realizou-se o I Encontro Estadual de Luta Contra o Desemprego, promovido pela Federação das Associações Comunitárias e Amigos de Bairro (Fracab). Estiveram presentes 180 representantes de núcleos que se mobilizam em relação ao desemprego, incluindo, também, representantes de Santa Catarina e do Paraná, CUT, partidos políticos e sindicatos.

O movimento dos desempregados se originou de iniciativas individuais e do trabalho existente em algumas associações de moradores. Em termos de organização, a prioridade era trabalhar dentro das instâncias já organizadas pelos trabalhadores e pela comunidade como sindicatos e associações de bairros.

O desemprego no Estado aumentou consideravelmente desde 1981, afetando principalmente a área da construção civil devido à falência do BNH, ao desvio de verbas da habitação para outros investimento e à forte recessão.

Em novembro de 1983, criou-se a Comissão Estadual de Luta Contra o Desemprego, que era formada praticamente pelo conselho deliberativo da Fracab. Em janeiro de 84, a Comissão lançou-se oficialmente em campanha do Quilo da Solidariedade.

Em abril, a Comissão organizou um ato com a participação de 1400 pessoas, onde entregaram ao prefeito João Dib um documento contendo as reivindicações básicas do movimento como anistia aos gastos de água e luz, passe livre, ausência de intermediários nas obras públicas, uso de mão-de-obra no lugar de máquinas, hortas co-

munitárias, saneamento e urbanização nas vilas.

Aglutinando as forças

Em maio, a Comissão, juntamente com a CUT e o departamento sindical da Fracab, organizou um acampamento de desempregados na Praça da Matriz, entre a Assembléia Legislativa, o Palácio do Governo e a Catedral Metropolitana. A mobilização visava cobrar o atendimento das reivindicações contidas no documento anteriormente entregue ao prefeito e unificar os atos semelhantes que estavam ocorrendo no Estado. Nenhuma reivindicação foi atendida. Os desempregados foram brutalmente reprimidos. O saldo positivo se constituiu no apoio da comunidade, na infra-estrutura, e na conscientização maior por parte dos desempregados.

A proposta deste encontro em novembro tem caráter qualitativo e não, de mobilização de massa. Visou aglutinar representantes de todos os núcleos de luta contra o desemprego para repensar suas experiências, avaliar o movimento, apresentar suas reivindicações e articular novas formas de mobilização.

Como resoluções básicas do Encontro, foram votadas: a diminuição da jornada de trabalho sem redução de salário; o salário desemprego; a assistência e previdência para o desempregado e seus familiares e a reforma agrária.

A diretoria da CUT regional teve papel de destaque na mobilização e preparação do Encontro. Sua implantação a nível nacional é a garantia da unificação do movimento, viabilizando a luta contra o desemprego também a nível sindical.

Eleições dos Metalúrgicos de São Leopoldo

No dia 7 de dezembro, mais de 500 metalúrgicos de São Leopoldo, cidade operária no Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, realizaram convenção para escolha da chapa única de oposição à antiga diretoria pelega. Com todas as chances na mão para conquistar o sindicato para a categoria, a oposição construiu um processo democrático e de massas que, ao final, garantiu a unidade de todas as tendências combativas do movimento. Agora parte para a campanha confiante na vitória.

O Sindicato dos Metalúrgicos de S. Leopoldo é o principal sindicato operário da região do Vale dos Sinos, com cerca de 25 mil metalúrgicos na base. Destes, cinco mil são associados ao sindicato. Abrange seis municípios e mais de 150 fábricas.

A sua base é superior ao vizinho Sindicato de Canoas, que conta com doze mil trabalhadores na base.

Há cerca de oito anos os setores mais combativos mantêm um trabalho sistemático de organização sindical e há cinco anos editam o **Marreta**, o boletim da oposição.

A situação atual do Sindicato é curiosa. A eleição deveria se realizar no final do ano passado. Certa de que seria derrotada, a diretoria pelega usou o tradicional golpe de esconder da oposição a data da eleição e publicou o edital de convocação num pequeno jornal de baixíssima circulação. A oposição, por isso, perdeu os prazos de inscrição da chapa, mas conseguiu ganhar um recurso, impugnando o processo, e ganhando o direito de concorrer em um novo pleito. A diretoria anterior foi afastada e o sindicato encontra-se atualmente sob uma junta interventora e com eleições marcadas para 6, 7 e 8 de março.

A oposição se une

Superando os riscos de divisão, que seguramente ameaçariam as grandes possibilidades de vitória sobre uma diretoria pelega e muito desgastada, a oposição desencadeou um processo de discussão pelas bases culminando com a convenção de todos os operários mobilizados para a mudança do sindicato. Reunindo mais de 500 metalúrgicos, com a mesa sendo dirigida por membros da CUT estadual (Paim, João Machado e Julieta Balestro), foram apresentadas duas propostas de composição de chapa.

As duas propostas tinham nomes comuns, diferenciando nos cargos. Também comum as propostas de organização por local de trabalho e a identificação com a construção da CUT. A proposta de chapa vitoriosa obteve 60% dos votos. Com maioria de militantes do PT, mas contando também membros da Juventude Socialista do PDT e metalúrgicos sem filiação partidária, a chapa de oposição assegurou uma condição básica para a vitória: a unidade, em bases democráticas, de todas as correntes combativas.

De outro lado, a diretoria pelega afastada e já sem as mesmas condições de manipular as eleições compõe-se com o **Hora do Povo** e setores de direita do PDT.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sérgio Moura, Virgínia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS N° 2769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 Fone: 852-8880 — CGC 46.093.549/0001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** R. Guajajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30.000; **Porto Alegre:** R. Fernando Vieira, 618 — Loja 4 — Bom Fim — CEP 90.000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 — sala 1414 — CEP 20.031; **Vitória:** Caixa Postal 1427 — CEP 29.000; **Natal:** Caixa Postal 1550 — CEP 59072; **Campinas:** Caixa Postal 5010 — CEP 13.100.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares.



Assine
EM TEMPO
UM JORNAL ENGAJADO
NA CONSTRUÇÃO DO PT

A Editora Aparte Ltda.
Rua Francisco Leitão, 58 Pinheiros SP
CEP 05414 Fone: 852-8880
Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral de jornal EM TEMPO.

Nome:
Endereço:
Cidade:
Estado:
Bairro: CEP:

Assinatura anual: Cr\$ 15.000
Assinatura semestral: Cr\$ 8.000
Exterior: US\$ 35.

Professores paulistas

No maior congresso, as melhores decisões

Cerca de 900 delegados eleitos nas escolas de todo o Estado votaram pelo boicote ao Colégio Eleitoral, pela filiação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) à CUT e pelos reajustes trimestrais. Veja também nesta página as principais propostas aprovadas para o Congresso de CPB.

Nos dias 8, 9 e 10 de novembro foi realizado o quinto e maior congresso da história da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), contando com a participação de 900 delegados e 200 observadores. Esta presença extremamente massiva reflete o crescimento que a entidade conheceu ao encabeçar a greve do magistério da rede oficial paulista no primeiro semestre deste ano de 1984.

Boicote ao Colégio Eleitoral

Na discussão sobre conjuntura nacional, a questão mais debatida foi a sucessão presidencial. Apresentaram-se três propostas: a primeira, defendida pelo PMDB (PCB e PC do B) de apoio à candidatura Tancredo Neves; a segunda, defendida pela diretoria da APEOESP, propunha que a entidade não se posicionasse, por entender que esta era uma questão que levaria à sua partidização; a terceira, defendida pelos petistas, propunha o boicote ao Colégio Eleitoral.

Feita a votação, a terceira proposta obteve mais de 50% dos votos, evidenciando a hegemonia deste setor no interior do congresso, fato que seria determinante nas demais votações, colocando para o movimento uma clara perspectiva de confronto com o processo de transição burguesa representado pela candidatura Tancredo. Assim, para a campanha salarial, votou-se a bandeira de reajustes trimestrais, reposição das perdas ocorridas durante o governo Montoro, entre outras. Na discussão dos estatutos da entidade, reto-

mou-se a estrutura vigente até o congresso do ano passado. Esta estrutura, exemplar para uma entidade sindical, incorpora toda a experiência democrática representada pela luta contra os pelegos nos anos de 77 a 79 e a construção de uma entidade sindical desatrelada do Ministério do Trabalho.

Outro ponto importante de discussão foram as propostas da APEOESP ao Congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Aqui, o setor petista, junto com a diretoria da APEOESP, defendeu a filiação da CPB à CUT (veja artigo ao lado), proposta que foi aprovada por ampla maioria.

Enfim, este foi também o

primeiro congresso onde a APEOESP discutiu a questão da opressão específica da mulher professora, num debate onde participaram cerca de duzentos delegados, com a presença da vereadora petista Iredy Cardoso e de Zuleica Alambert, representante do Conselho Estadual da Condição Feminina. Pela primeira vez foi incluída na pauta de reivindicações da campanha salarial a luta por creches para os filhos de todos os professores e pela extensão da licença maternidade para 6 meses.

A Unificação dos petistas

As resoluções aprovadas demonstram, que este congresso

foi marcado por um avanço político que reflete, a grosso modo, um avanço no nível de consciência do conjunto da categoria. Assim, é correto afirmarmos que houve uma recomposição da vanguarda sindical entre os professores, com características marcadamente classistas.

Neste processo, cumpriu um papel importante a unificação dos militantes petistas na categoria, através de plenárias organizadas durante a greve, do Encontro de Trabalhadores em Educação do PT, realizado em Diadema no mês de setembro e, finalmente, por plenárias preparatórias antes e durante o próprio congresso, contando com a participação

de mais de 200 delegados.

Os marcos políticos sob os quais se deu este processo de unificação foram a defesa do boicote ao Colégio Eleitoral e a defesa da independência do movimento sindical do estado e dos partidos políticos, hoje expressa na construção da CUT.

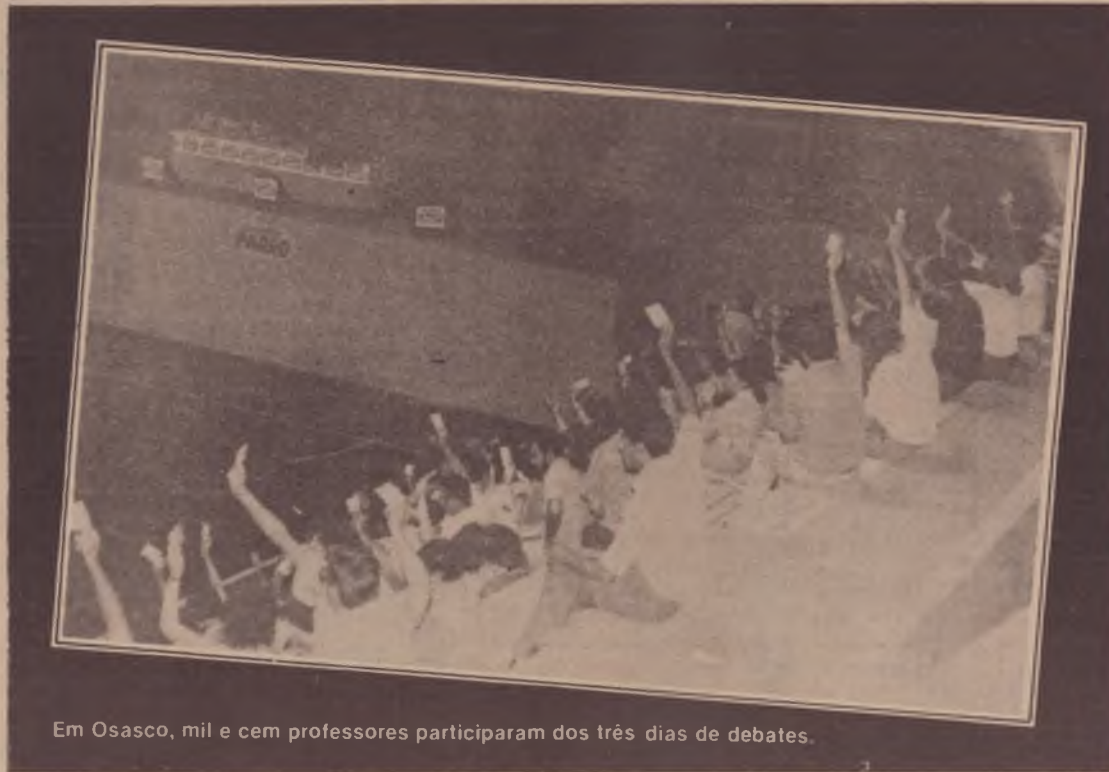
Este é um patamar significativo para o aprofundamento do processo de unificação do setor petista no interior do professorado, restando ainda conseguir a participação do setor petista da diretoria da APEOESP, que até agora, com exceção de uns poucos diretores, tem-se mostrado reticente.

Perspectivas: as eleições

Após o congresso, os momentos mais importantes para a APEOESP serão o congresso da CPB (janeiro), a campanha salarial (fevereiro e março) e as eleições da nova diretoria (maio).

Para estas eleições, o processo de unificação dos petistas já apontou os elementos básicos: uma chapa unificada de todos os setores que hoje defendem a construção da CUT, a unidade da classe trabalhadora e recusam qualquer tipo de pacto social, negando qualquer voto de confiança ao já quase presidente Tancredo Neves. Esta perspectiva leva em conta que os setores ligados ao CONCLAT e ao pacto social já se unificaram.

Nesse sentido, será realizada uma plenária de militantes petistas no final de janeiro e convocada em fevereiro uma ampla convenção de todos aqueles que se colocam nos marcos do não ao pacto social e da defesa da CUT.



Em Osasco, mil e cem professores participaram dos três dias de debates.

Congresso da Confederação dos Professores do Brasil

Um desafio aos apoiadores da CUT

No próximo mês de janeiro, do dia 17 ao dia 22, será realizado em Vitória, no Espírito Santo, o 18º Congresso Anual da Confederação dos Professores do Brasil, CPB. Congregando hoje todas as entidades estaduais de peso do professorado — 28 entidades, dos 24 estados e territórios — a CPB espera para este congresso cerca de 4 mil professores e especialistas em educação.

Entre as principais discussões estão a política nacional, a política sindical, a organização interna da Confederação, as reivindicações e campanhas e a eleição da nova diretoria. Em todas estas discussões, terá papel importantíssimo o setor ligado à CUT, que terá uma presença significativa entre os delegados eleitos nas entidades estaduais.

Quanto à política nacional, este setor deverá garantir o não compromisso da CPB com o futuro governo Tancredo Neves e a recusa a qualquer pacto social ou trégua por parte do profes-

sor. Essa postura deverá se refletir em todas as demais discussões, principalmente a definição de reivindicações e lutas a serem encaminhadas unitariamente em todo o país, fazendo com que a Confederação assumam plenamente seu caráter sindical.

O V Congresso Anual da APEOESP aprovou algumas reivindicações a serem encaminhadas à CPB, que representam o resultado das discussões da Região Sudeste da Confederação e que formam um excelente ponto de partida para a unificação nacional das lutas: reajustes nunca inferiores a 100% do INPC; reposição das perdas salariais; reajuste trimestral; piso salarial de 5 salários mínimos; 13º salário garantido em lei; e unificação das datas-base e das assembléias de campanha salarial em todos os estados.

Para a conquista destas reivindicações, propõe-se um Dia Nacional de Luta, na segunda quinzena de março,

que poderá ser transformado num Dia Nacional de Greve.

Em relação à estrutura interna da CPB, o setor ligado à CUT deverá lutar pela democratização da entidade, garantindo a soberania do Congresso Anual, rediscutindo a composição do Conselho de Entidades e a função dos membros da diretoria, garantindo a realização de encontros regionais e principalmente, rejeitando a proposta de criação de uma "Ordem dos Professores do Brasil", entidade que teria caráter normativo e não sindical.

Filiação à CUT

Uma das questões mais decisivas para este 18º Congresso da CPB será o seu posicionamento quanto ao movimento sindical, quando deverá se posicionar pela sua filiação à CUT — Central Única dos Trabalhadores. Para os professores, esta filiação representará uma afirmação do compromisso da CPB com a combatividade, com a de-

mocracia sindical e com a independência política em relação ao Estado. Para a CUT, a filiação da CPB significará um considerável reforço na sua construção a nível nacional, em torno do qual há grande expectativa, uma vez que o Congresso Nacional da CUT deixou uma vaga aberta na direção nacional para um representante que fosse eleito pela CPB.

Um outro momento importante do Congresso será a discussão em grupos da questão da mulher na educação, que este ano deverá ter um caráter diferente, já que várias entidades, como a APEOESP, têm iniciado trabalhos especificamente voltados para as questões da mulher professora.

Finalmente, está fora de dúvida que a vitória em todas estas questões decisivas dependerá da atuação unificada dos setores ligados a CUT, que deverão se reunir durante o dia 16, em Vitória, para preparar sua intervenção.

Porque a unidade na defesa da independência de classe

O PT vive um momento conjuntural de isolamento, sofre toda sorte de pressões para aderir a Tancredo. Por isso, para avançar na construção do partido, propomos a unidade de todos os que apoiam o manifesto "O PT e o Movimento Político" aprovado no Diretório Nacional do partido.

Após pressionarem pela convocação de uma convenção extraordinária para rediscutir o posicionamento sobre a participação no Colégio Eleitoral, os parlamentares dispostos a dar o seu voto a Tancredo Neves se voltam contra ela, denunciando-a como ilegítima e antidemocrática.

Airton Soares, que foi recentemente substituído da liderança do PT na Câmara e que participou no palanque do começo de Tancredo Neves em São Paulo, já afirmou à imprensa que "é dono de seu próprio passe e aguarda o interesse de outro clube".

José Eudes, deputado federal pelo Rio de Janeiro, praticamente boicou as pré-convenções em seu Estado. Decidido a ir ao Colégio apoiar Tancredo, Eudes acusa o PT de ser "um partido que caminha rapidamente para o esclerosecimento. Dominado por uma direção estalinista que decide suas divergências com expurgos e com os seus organismos internos dominados por grupos ultra sectários que não aceitam o debate". A posição de Eudes é apoiada pelos deputados estaduais petistas do Rio de Janeiro.

Já Bete Mendes, que estava indecisa quanto ao comparecimento ao Colégio, optou finalmente por dar o seu voto a Tancredo Neves. E encontrou uma maneira especial de justificar o seu "tancredeamento": realizou uma pesquisa própria, por fora das pré-convenções e da consulta oficialmente encaminhada, na qual a maioria dos consultados apoiava a ida ao Colégio. A "pesquisa", que continha elogios expressos da deputada a Tancredo Neves, foi feita em consultas diretas em portas de estádio de futebol, bares e shows e através do envio de cartas.

Por fim, o bombardeio à legitimidade das pré-convenções do partido continuou com uma pesquisa do Instituto Gallup, pretensamente realizada entre os filiados do partido em São Paulo um dia após o programa estadual do partido. A pesquisa do Gallup concluiu que 62% dos simpatizantes do partido apoiavam a ida ao Colégio.

A debilidade da direita

Na verdade, os parlamentares que anunciam o seu apoio a Tancredo Neves já buscaram uma opção partidária alternativa ao PT. Eudes, por exemplo, admite a possibilidade "de novas forças sociais virem a ocupar este espaço, criando uma agremiação partidária democrática e de perfil socialista para onde ele não hesitaria em emigrar". Um partido com bases parlamentares e que, atuando no interior do bloco de apoio a Tancredo, agiria como uma força de pressão à esquerda.

Os ataques da direita parlamentar à democracia do partido são, na verdade, um ataque ao PT, às suas tradições de independência de classe. Fora das estruturas do partido, sem compromissos com sua direção e sem organização na base, estes parlamentares apoiam-se na

força de seus aparelhos próprios. Por isso, são absolutamente minoritários entre a força militante e os filiados que participam em alguma medida da vida partidária: em geral, as pré-convenções tem assinalado uma média superior a 80% de não aceitação de suas posições.

Assim, é um enorme blefe a argumentação destes parlamentares que a base do partido, de seus simpatizantes, são na verdade favoráveis a participação no Colégio Eleitoral.

Um debate fundamental

Seria um enorme erro, porém, confundir a força das propostas da direita do partido, com a sua expressão numérica infima nas pré-convenções do partido. Temos que compreender que a força das propostas da direita, de apoio mais ou menos crítico a Tancredo, deriva do fato de expressar uma pressão política externa e poderosa: a pressão aliciadora da transição burguesa.

De igual forma, a questão da ida ou não ao Colégio não esgota em si mesma. A pressão para que o movimento operário legitime a transição burguesa e o pacto social vão aumentar no próximo período. Esta questão continuará sendo vital para o PT.

É por isso que nesta próxima pré-convenção nacional, apesar de já haver uma esmagadora maioria de posicionamento nesta direção, a questão do boicote ao Colégio Eleitoral e da denúncia do caráter de classe da Aliança Democrática continua a ser o eixo fundamental sobre o qual as diferentes forças políticas devem se posicionar.

A unidade do bloco classista

É com este entendimento que defendemos a unidade das posições classistas do partido — as que se posicionam pela sua independência de classe, que apoiam o Manifesto "O PT e o Movimento Político" do Diretório Nacional — nestas pré-convenções. Esta, aliás, vem sendo a tendência natural da polarização das diferentes correntes, que se verificou, por exemplo, nas pré-convenções do PT na capital paulista.

Em São Paulo, o centro mais importante, a chapa encaminhada pela direção executiva do partido privilegia ainda para esta pré-convenção estadual a formação de uma chapa própria, dividindo com as outras posições que se posicionam também pela independência de classe. Este encaminhamento está na verdade em contradição com a necessidade absoluta de unidade das forças classistas em um momento em que o partido sofre um isolamento conjuntural mais importante, em que é pressionado por todos os lados. O avanço desta unidade — na ação, no engajamento da construção do partido — vai ser um elemento decisivo para o próximo período.

Esta unidade política do classismo não elimina evidentemente a diferenciação e a discussão aberta das diferentes propostas sobre a atuação do partido no futuro próximo. Mas é a resposta natural para defender o projeto do partido em um momento em que sofre um forte bombardeio por todos os lados.

Porque será decisivo lutar pela Constituinte

É justamente a denúncia da proposta de reforma constitucional e a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte, Livre, Soberana e Democrática que armará o PT para intervir com força neste final da transição conservadora.

Na próxima Convenção Nacional, é quase certo que o PT finalmente aprove a bandeira da Assembleia Nacional Constituinte Livre, Soberana e Democrática. Não pretendemos aqui renovar os argumentos em defesa desta bandeira, mas antes comentar a sua importância tática hoje.

O texto da "Articulação dos 113" para a Convenção de São Paulo, ao defender a adoção da Constituinte, diz que "discordamos das concepções que vêem a Constituinte como panacéia, como a bandeira de luta unificadora na atual conjuntura, como instrumento capaz de substituir a mobilização popular e de centralizar as lutas dos trabalhadores. A nosso ver, devemos hoje incorporar a reivindicação da Assembleia Constituinte livre e democrática no elenco de nossa plataforma de lutas democráticas.

Na verdade, este trecho introduz uma certa confusão. Não há dúvidas de que a Constituinte não é uma panacéia. Mais do que isto: os interesses fundamentais dos trabalhadores e demais setores populares, bem o sabe-

mos, não podem ser alcançados a não ser numa sociedade socialista.

Menos ainda a bandeira da Constituinte pode substituir as lutas dos trabalhadores — nem é preciso explicar por que.

Mas o trecho que citamos do texto da "articulação dos 113" induz a subestimar a importância que tem hoje a bandeira da Constituinte, que não é apenas um item "no elenco de nossa plataforma de lutas democráticas".

A Constituinte é uma bandeira fundamental no momento em que está em curso uma transição de uma forma de dominação a outra, de uma ditadura militar a um regime de democracia burguesa no qual a burguesia procura preservar o máximo de controle sobre as massas populares e o máximo de instrumentos de repressão.

Os instrumentos de repressão criados pela ditadura estão ainda em grande medida, em vigor. Com a posse de Tancredo, continuará em vigor a Lei de Segurança Nacional, a lei de greve, bem como o aparelho de repressão da ditadura (do SNI à Polícia Federal). Não é

O PT na reta final da Convenção Nacional



Com as suas pré-convenções municipais já realizadas e às vésperas da realização das pré-convenções estaduais na maioria dos estados, EM TEMPO faz um balanço das principais debates em jogo no PT.

exagero supor que Tancredo utilizará estes instrumentos sempre que for necessário para conter a contestação a seu governo, para dominar as massas populares.

Reformar sem romper

É claro que a Aliança Democrática sabe que não poderá manter as leis de exceção e o aparato repressivo tal como hoje, que não há como fugir à mudança da Constituição. Por esta razão, seus estrategistas estão fazendo a proposta de dar poderes Constituintes ao Congresso eleito em 1986.

Isto seria um processo de reformar as instituições da ditadura, sem romper com ela. Se mantida a legislação atual, o Congresso de 1986 será muito pouco democrático: não são permitidos diversos partidos hoje na clandestinidade, é negado o voto aos analfabetos, aos soldados e marinheiros, distorce violentamente a representação no Congresso, inclusive com a introdução prevista do voto distrital misto. De acordo com a nova lei aprovada, o acesso aos meios de comunicação será proporcional às bancadas atuais dos partidos, o que significa

Que frentes e alianças deve o PT impulsionar

Ao PT interessa que a unidade de ação dos trabalhadores e setores populares seja a mais profunda possível e que se materialize inclusive organicamente em formas democráticas de unidade na base e de coordenação.

Um tema que volta com força nesta pré-convenção nacional e que tem suscitado divergências importantes é o da política de frentes e alianças do PT deve impulsionar no próximo período.

Há duas razões fundamentais para que o PT faça suas propostas tendo em vista um conjunto de forças mais amplas do que as hoje influenciadas diretamente pelo partido. Em primeiro lugar, apesar de seu crescimento, o PT dirige e influencia apenas uma parcela minoritária dos trabalhadores, mesmo no estado em que é mais forte, em São Paulo. Até o PT se tornar a referência política para a maioria dos trabalhadores muitas lutas importantes devem ser travadas, toda uma etapa da luta de classes deve ser vivida. E o PT precisa desde já apresentar propostas que impulsionem a unidade de ação dos trabalhadores, independente das diferentes visões ideológicas que existem no movimento.

Em segundo lugar, a tendência é que desde o início do

uma violenta discriminação para partidos como o PT.

Tancredo quer um congresso conservador, para sair da ditadura e passar para uma democracia burguesa restringida, reformando as instituições da ditadura com o máximo de continuidade e o mínimo de ruptura.

Para os trabalhadores, interessa exatamente o contrário: a ruptura, a dissolução de todos os aparatos repressivos da ditadura, ainda que não seja possível superar imediatamente a democracia burguesa, interessa-nos o máximo de democracia.

É justamente a denúncia da proposta de reforma constitucional e a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte Livre, Soberana e Democrática que armará o PT para intervir com força neste final de transição conservadora. É a Constituinte que completará medidas como a revogação da LSN e demais leis repressivas, desmantelamento do aparato repressivo, ampla e livre organização política e partidária, que já constam da plataforma de 10 pontos do PT. Por estas razões não podemos diminuir a importância da aprovação pelo PT desta bandeira.

tenham a necessidade de acordos táticos e parciais sobre questões concretas e definidas. Pela própria natureza limitada dos acordos políticos em jogo, pelo caráter contraditório dos interesses das forças políticas envolvidas, tal unidade de ação não deve se concretizar em algum tipo de unidade orgânica.

Têm uma natureza e um objetivo diferente a unidade de ação e as frentes políticas com correntes do movimento operário-popular. Como o objetivo do PT é construir a unidade política e orgânica dos trabalhadores e setores populares, a ele interessa que esta unidade de ação seja a mais profunda possível e que se materialize organicamente em formas democráticas de unidade na base e de coordenação.

Unidade na ação, frente e construção do PT

Hoje, duas grandes propostas estratégicas disputam a direção do movimento operário. Há as correntes estalinistas que, com várias nuances importantes, defendem a subordinação do movimento dos trabalhadores à Aliança Democrática e o apoio ao governo Tancredo; há o PT e setores classistas que defendem a independência política frente à Aliança Democrática e uma proposta de organização dos trabalhadores em torno às suas lutas e reivindicações.

Assim, é evidente que uma dinâmica unitária no movimento operário-popular só pode ser uma conquista do PT, do avanço de sua hegemonia, da força de suas propostas.

Toda unidade na ação ou frente que se estabeleça com correntes do movimento operário e popular devem ter como objetivo a defesa dos interesses dos trabalhadores, a elevação do nível de consciência da classe, o reforço de suas formas de organização.

Criada uma dinâmica unitária de lutas, o PT não poderá se diluir política ou organicamente no interior dessa dinâmica unitária, sob pena inclusive de inviabilizá-la em um segundo momento.

Como avançar na unificação do movimento

A força proposta do PT crescerá a medida que os trabalhadores avançarem concretamente em suas lutas. Se

Porque é chave defender a democracia do partido

O PT é um partido e não uma frente, se apoia na democracia de suas pré-convenções, exige a subordinação de seus parlamentares a política do partido.

Entre os que apoiam a manutenção da independência de classe, não há unidade sobre quais medidas deve a pré-convenção nacional deliberar com relação aos parlamentares que decidirem ir ao Colégio para votar em Tancredo Neves. Esta é, sem dúvida, uma questão importante com importantes desdobramentos para o futuro do PT.

Há nesta questão três tipos de problemas envolvidos: a democracia, o respeito às decisões da maioria no interior do partido; a legitimidade das pré-convenções, da forma do partido exercer a sua democracia interna; a relação da bancada parlamentar do partido (e, por extensão, aqueles que ocupam cargos executivos com mandato do partido) com as suas instâncias de decisão.

O PT é um partido e não uma frente

Se aceitarmos como algo natural no interior do PT a não observância das suas decisões democraticamente tomadas, estaremos na prática legitimando o seu funcionamento como uma frente. Se cada um faz o que quer com as decisões do partido, o PT será uma cobertura institucional de atuação política, jamais avançará sua construção como partido.

A defesa da democracia no interior do partido — o encaminhamento pelas minorias das decisões democraticamente tomadas — não se confunde de maneira alguma com a defesa da prática do centralismo democrático, como ele é entendido no sentido clássico, no PT. Isto seria evidentemente um erro já que o PT não é um partido de quadros no sentido estrito, tem ainda um longo caminho a avançar no sentido de construir a sua homogeneidade política. Nem significa que deixamos de reconhecer no PT hoje grandes debilidades na centralização do partido, na sua organização interna, no exercício de sua democracia.

Reconhecer isto não significa, entretanto, esquecer que o nosso esforço, a nossa luta é contribuir para a construção do partido, para avançar na sua unidade política e orgânica. Se nos omitimos na defesa da democracia no partido neste momento, se permitimos que parlamentares se invoquem o direito de jogar no lixo as decisões do partido, estaremos golpeando profundamente o processo de construção do PT.

A defesa das pré-convenções

A defesa das pré-convenções como a forma mais democrática de deliberar os rumos do partido é uma outra questão chave. A discussão democrática nos órgãos de base do partido, a livre manifestação das diversas tendências e expressões políticas é o melhor instrumento para avançar no processo de síntese política do partido.

A defesa da tradição das pré-convenções, que se vincula a defesa de um partido assentado em núcleos, tem sido historicamente um ponto de honra no programa das posições classistas.

não sentem suas forças revigoradas na ação, se não vivem experiências concretas e coletivas de mobilização, a maioria dos trabalhadores permanecerá depositando suas esperanças no Parlamento, em alguma medida nas "soluções realistas e viáveis" apresentadas pelos partidos burgueses.

Mas para avançar a luta é preciso ter propostas e iniciativas que avancem a unidade do movimento operário-popular.

O PT, único partido que denunciou o Colégio Eleitoral e a Aliança Democrática, tem condições de já no início do governo Tancredo de tomar estas iniciativas.

O primeiro passo fundamental é definir quais pontos políticos podem ser definidos como básicos, como marcos da unidade política de uma oposição à esquerda de Tancredo. Há aí algumas questões básicas:

- o rompimento com o FMI, única forma possível de administrar a economia de acordo com os interesses dos trabalhadores;

- a defesa das mais amplas liberdades democráticas, ao nível partidário e sindical;

- a defesa das condições de vida e trabalho da maioria da população;

- a defesa da reforma agrária;

- a defesa de uma Assembleia Constituinte, Livre, soberana e democrática.

Tais pontos políticos já demarcam um campo de unidade importante do movimento operário-popular. E, no interior da unidade que vier a se estabelecer, o PT pode fazer propaganda de todo o seu programa.

Em segundo lugar, uma política de unidade deve ser encaminhada a todas as forças do movimento operário popular. Pode-se inclusive combinar uma iniciativa global pela direção do partido com iniciativas regionais e setoriais. Um plano de mobilização unitária deve ser programado.

Terá, de qualquer forma, um papel decisivo uma política de frente única no movimento sindical que procure isolar o avanço da proposta de pacto social no movimento operário, atraindo e os setores vacilantes para a luta.

E não é mera coincidência: a democracia ampla na base do partido é a melhor forma de garantir que os interesses dos trabalhadores sejam expressos em seu interior. O classismo, a defesa da independência de classe, não é apenas um princípio programático: é uma expressão direta da luta de classes, dos choques dos trabalhadores com os patrões e o Estado em todos os setores da sociedade.

Assim, não é mera coincidência também o fato de que os parlamentares que atacam a independência de classe do partido voltem o fogo também contra as pré-convenções, a democracia de base do partido.

Os parlamentares e o partido

Com a transição burguesa, o parlamento ganhará um destaque crescente na vida política do país. Não devemos ter dúvida que a atuação do PT no parlamento será um elemento decisivo no próximo período.

Ao mesmo tempo que reconhecemos isso, temos que defender a subordinação do PT no parlamento ao seu objetivo estratégico de organizar os trabalhadores. O PT sabe que os problemas dos trabalhadores não serão resolvidos no Parlamento mas pela força crescente dos trabalhadores na luta de classes.

A consequência desse princípio político a nível organizativo é a subordinação da atuação dos parlamentares às decisões democráticas do partido.

Quando os parlamentares que defendem a ida ao Colégio Eleitoral argumentam a necessidade de se respeitar a autonomia dos parlamentares em relação ao partido, eles, na verdade, estão defendendo mais do que isso: está em jogo o próprio princípio de que o partido não privilegia a sua atuação no parlamento, que não subordina a sua força no movimento ao jogo parlamentar.

Desligamento do partido

Assim, a pré-convenção nacional deverá aprovar mudanças no regimento interno que estabeleçam claramente que as lideranças das bancadas nos diversos níveis (federal, estadual e municipal) devem ser indicadas ouvidos os respectivos diretórios e que as bancadas devem defender publicamente as posições definidas pelo conjunto do partido. Esta medida deve valer também para os eleitos pelo PT para cargos executivos. Não se trata de negar uma margem de autonomia para os eleitos, mas sim de garantir um compromisso com as orientações partidárias.

Em outro nível, se após as deliberações da convenção, os deputados federais desrespeitarem estas decisões, estarão se desligando do partido. Isto poderá não significar um processo de expulsão e de perda do mandato, mas esclarecerá a posição do PT e servirá de orientação no sentido de que os militantes do partido saberão, nas próximas eleições, para quais candidaturas não devem trabalhar.

Carapicuíba-São Paulo

PMDB quer cassar vereador do PT

Confrontada com a pressão popular permanente, a Câmara dos Vereadores de Carapicuíba, cidade de 250 mil habitantes da grande São Paulo, reage com a suspensão do mandato do vereador petista Antonio Cordeiro e ameaça cassá-lo.

Até fevereiro do próximo ano, quando o processo contra o vereador petista será julgado, devem crescer as mobilizações em defesa de seu mandato.

Um grande ato com Lula e que deverá contar com a presença de milhares de pessoas está sendo preparado.

O PMDB local dirige o processo de cassação, antecipando os métodos que a transição burguesa vai lançar contra o movimento operário popular.

— Nestes tempos de transição, a cassação de um mandato popular, e principalmente através de uma Câmara onde a maioria dos seus vereadores é do PMDB, é algo surpreendente. Que explicação o companheiro nos dá? Como começou tudo isso?

Cordeiro — Com a eleição de dois vereadores, eu e Luís Gonzaga, por parte do Partido dos Trabalhadores, a Câmara Municipal de Carapicuíba começou a se transformar. A antiga compreensão predominante de que a Câmara era um órgão meramente empreguista, eleitoralista, onde os representantes das classes dominantes acertavam as coisas entre quatro paredes, mas sempre em benefícios de seus interesses, começou a terminar. Nós do PT demos início a uma política onde o legislativo se transformou em um fórum de debates dos reais problemas da população explorada do município. E isso tanto em relação às suas reivindicações locais (transporte, saúde, saneamento básico, segurança etc.) como também em relação às questões da política estadual e nacional que afetam diretamente os interesses da população carapicuibana. Para que o PT conseguisse levar adiante essa política foi, é claro, necessário ajudar, se ligar ainda mais, às mobilizações da população, e com isso expressá-la ao nível da Câmara. E ao fazer isso houve naturalmente choques com os interesses dos poderes locais.

— Como se deu esse processo ao nível da Câmara?

Cordeiro — A Câmara Municipal de Carapicuíba sempre foi um local vazio, sem participação popular. Com a transformação que começou a ocorrer, quando a população foi entendendo que era necessário pressionar esse legislativo para que ele respondesse às suas reivindicações, aos seus interesses, interesses esses que tinham sido demagogicamente também defendido pelos vereadores do PMDB durante a campanha, começaram os choques. O recinto da Câmara passa nestes dois anos a ter sempre setores populares levando as suas lutas. Os

comerciários, que em Carapicuíba trabalhavam cerca de 12 horas por dia e que nem nos dias de domingo tinham descanso, se mobilizaram pelas 8 horas e pelo descanso no fim de semana. E foram à Câmara. A luta dos favelados pela concessão real do uso da terra também foi levada à Câmara. Cerca de 400 pessoas foram ao seu recinto. Esses dois exemplos servem para deixar claro como foram os choques entre esses interesses e os vereadores, na maioria representantes das classes dominantes do município. As classes dominantes do município sempre viram as lutas dos trabalhadores e dos favelados como problemas de polícia e não como problemas sociais. Sempre responderam com medidas repressivas.

O presidente da Câmara, Efraim Nunes da Silva, do PMDB, agiu da mesma forma. Para ele o povo levando suas reivindicações aos seus pretensos representantes diretamente na Câmara era caso de polícia. E ele simplesmente toda vez que o povo foi à Câmara chamou a tropa de choque da polícia.

— Os choques no dia 21 de novembro foram, ao que tudo indica, bem mais duros. Como você nos conta isso?

Cordeiro: Como você nos conta isso? Nesse dia a população da cidade organizada pela Associação de Usuários de Transporte lotou o recinto em apoio aos requerimentos apresentados por nós vereadores petistas. Nestes requerimentos, nós solicitávamos ao prefeito municipal a imediata constituição de uma Comissão Tarifária que teria o objetivo de discutir as possibilidades de se definir uma tarifa de transporte municipal, bem como buscar agilizar o mais breve possível um convênio com a FEPASA para se ter na cidade a integração ônibus municipal com os trens da FEPASA. Nesse dia se discutia também o orçamento municipal. O orçamento é no valor de 30 bilhões de cruzeiros para o ano de 85.

Quando se iniciou a discussão, a bancada do PT fez severas críticas à maneira como estava sendo encaminhado o orçamento.



Antonio Cordeiro: um mandato popular ameaçado.

Ao nosso ver, o orçamento é uma questão importante para a população explorada e esquecida de Carapicuíba. Ele vai definir as prioridades na distribuição das verbas. Nós do PT entendemos que o orçamento municipal deve ser discutido democraticamente pelas forças organizadas da população do município com os poderes executivo e legislativo para que se defina uma política de distribuição da renda orçamentária tendo como objetivos os reais interesses da população.

Nesse dia, por isso, o tumulto foi generalizado. As discussões foram acirradas e o confronto entre a bancada do PT com os vereadores comprometidos com o Executivo municipal fez com que a população presente se manifestasse ruidosamente em defesa das reivindicações que estávamos defendendo. O presidente da Câmara, eleito pelo PMDB, usou mais uma vez, então, os seus métodos fascistas: chamou a tropa de choque para expulsar a população do recinto. Foi da sua responsabilidade, portanto, o agravamento da situação. Alguns vereadores reacionários aproveitaram então para desencadear uma baderna, com agressões físicas e verbais a nossa bancada. Eu cheguei a levar um murro do vereador do PDS Alexandre Bentim.

— Foi daí que surgiu o processo de sua cassação? Exatamente como?

Cordeiro — Alguns vereadores reacionários das bancadas dos outros partidos forjaram uma trama política digna de um folhetim de segunda classe. Esses vereadores, como diz o povo da cidade, compraram um filiado do PMDB local para que ele entrasse com uma denúncia de falta de decoro parlamentar contra mim com a alegação, veja só, de ter agredido um vereador do PDS. Além de ser uma tremenda mentira, já que fui o agredido não o agressor, é também uma profunda ironia: um filiado do PMDB acusando um vereador do PT de ter agredido um membro do Partido da Ditadura. As vezes fico pensando até mesmo que isso deve ser um prenúncio da política que vai ser levada pelo governo da Aliança Democrática. Uma política de agressão contra os interesses dos trabalhadores, uma política de defesa dos interesses dos patrões, dos exploradores.

— Como agiram os vereadores ante essa denúncia falsa?

Cordeiro — Os vereadores que estão naquele legislativo, agindo ainda como meninos de recado do prefeito, acataram as suas ordens e portanto essa denúncia caluniosa. O prefeito é o maior interessado em minha cassação. Num ato de total descompromisso com a verdade e principalmente com os mínimos direitos democráticos, os vereadores aceitaram essa denúncia e entraram com um processo de cassação do meu mandato. Para isso, me afastaram durante o período do inquérito. Esse foi um expediente usado pela Ditadura Militar durante vários anos para calar a boca do povo. A Ditadura Militar usou também e muitas vezes de acusações falsas para calar seus opositores. Cabe ressaltar que o vereador Aparecido dos

Santos do PTB, ficou junto com a nossa bancada contra essa trágica palhaçada.

— E a população da cidade, principalmente os seus setores mais organizados? O que faz o PT em sua defesa, que na realidade é a defesa do próprio partido de atuar livremente, de falar abertamente em defesa dos interesses populares?

Cordeiro — O PT, através das executivas municipal e estadual, denunciou imediatamente à população através de panfletos e da imprensa paulista o que estava acontecendo com os vereadores petistas nas cidades da Grande São Paulo, principalmente com o absurdo desse processo de cassação. Juridicamente os advogados do partido entraram com uma liminar de cancelamento dessa acusação. Ela ainda está em fase de julgamento.

A população de Carapicuíba logo que soube da notícia mostrou um profundo descontentamento. Foram promovidas diversas manifestações em frente a Câmara de Vereadores onde se pedia o meu retorno a Câmara e o fim do processo de cassação. Essas manifestações foram gerando uma nova força na própria população, o que permitiu que na última manifestação houvesse cerca de mil pessoas em frente a Câmara. Isso para Carapicuíba e mais ainda em se tratando de defesa de um mandato de vereador é muito expressivo. O presidente da Câmara, como é do seu feituro, chamou mais uma vez a tropa de choque. E, reagindo a essa medida autoritária por parte de um representante do PMDB, foi realizada imediatamente uma manifestação até o centro da cidade, que terminou com um ato público. Esse ato contou com a presença de diversos parlamentares do PT além de representantes de muitas entidades sindicais e populares. Pessoas que se identificavam com o PMDB falaram no ato repudiando o que estavam fazendo os vereadores desse Partido no município.

— A direção Estadual do PMDB foi procurada pelo PT? O que respondeu?

Cordeiro — A nossa Executiva Estadual procurou a direção estadual do PMDB para que ela intervisse procurando evitar esse processo. Até o momento, no entanto, nada resultou, pelo que estamos sabendo. Ainda estamos esperando que o PMDB dê um basta em tudo isso.

— O que se pode fazer para conter esse processo de cassação?

Cordeiro — Do ponto de vista jurídico, os nossos advogados estão trabalhando e eles sabem bem o que fazer. De outro lado, devemos continuar os contatos com a Direção do PMDB. Mas o principal é continuar com as mobilizações populares. Estamos neste momento caminhando para a realização de uma grande manifestação com a presença do companheiro Lula para o dia em que a Câmara vai definir se cassa ou não o meu mandato. Continuaremos juntos com a população explorada e oprimida de Carapicuíba. Estamos juntos com a população esperando confiantes que os demais vereadores vote contra essa trama antidemocrática.

Uma cidade-dormitório

Antonio Cordeiro é vereador do PT em Carapicuíba, uma típica cidade-dormitório da grande São Paulo. Uma cidade de composição basicamente operária da base sindical de Osasco. São cerca de 250 mil pessoas, entre os quais um terço vive em favelas. Uma cidade na qual 80% da população vivem sem saneamento básico.

A Câmara de Vereadores é atualmente composta por nove vereadores do PMDB, três do PTB, três do PDS e dois do PT.

Nos últimos tempos, o movimento popular tem avançado profundamente. Foi formada uma Associação de Usuários de Transporte que luta pela melhoria do transporte municipal e intermunicipal. Essa Associação hoje abarca um trabalho em cerca de

dezoito bairros da cidade. Surgiu um movimento de favelados que já abarca cinco destas. E existe também uma Associação dos Mutuários do BNH, da qual Cordeiro é membro. Em Carapicuíba existe um dos maiores centros de moradores da Cohab do país.

A solidariedade à luta em defesa do mandato do vereador Antonio Cordeiro é um dever de todos os que lutam pelas causas populares e pela democracia. Escrevam a Câmara Municipal de Carapicuíba protestando contra o processo de cassação desse lutador popular.



Na Câmara, a pressão popular.

Na luta contra a fome

Mais uma vez, as mulheres vão às ruas para lutar contra a carestia. Agora, o movimento é marcado pelo caráter independente das entidades que o impulsionam e por uma politização crescente, que põs na parede o governo estadual de São Paulo, cobrando medidas concretas, e caminha para um questionamento ao governo federal.

Mais de 600 mulheres e crianças, muitos cartazes, bandeiras, cantos. Vaquinhas de papelão representavam a revolta contra o aumento do preço do leite. Nos rostos, nas figuras, ainda mais forte do que nas palavras, a denúncia do estado de fome em que a população trabalhadora está vivendo.

Era o auditório da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, com seus 240 lugares, os corredores e a mesa totalmente lotados, no dia 4 de dezembro. Convocada com caráter de assembléia, a manifestação — que teve grande repercussão na imprensa — visava denunciar a política econômica dos governos federal e estadual na questão do preço dos alimentos e também buscar soluções imediatas e mostrar que a população organizada pode garantir a efetivação destas soluções.

Assim, as doze associações de mulheres que estão organizando o movimento (Grajaú, Carapicuíba, São Bernardo do Campo, Mauá, Zona Norte, Santo André, Jardim Climax, Santos, Pinheiros, Diadema, Ipiranga e Zona Leste) exigiram a presença do Secretário da Agricultura, Nelson Nicolau. Diante das 600 participantes, o secretário se comprometeu a dar início dentro de um mês à experiência de vender o

leite diretamente do pequeno produtor à população, através de carros-pipa. O litro custará entre Cr\$ 450,00 e Cr\$ 500,00 e o processo deverá ter início nos bairros onde há grupos organizados, que colaborarão na experiência. Além disso, foi discutida a hipótese de se formarem comboios de caminhões com alimentos de primeira necessidade, também vendidos diretamente do pequeno produtor ao consumidor, com preços discutidos pela população.

A fome e o pacto

Este movimento reflete ao mesmo tempo dois elementos. De um lado, agem a fome, a miséria crescente, o susto diário com a inflação, jogando setores cada vez maiores da classe trabalhadora em condições de vida sub-humanas. Revoltadas com esta condição, as mulheres, geralmente as primeiras a sentir o arrocho no orçamento doméstico, começam a se politizar cada vez mais, a buscar soluções coletivas e a perceber as relações entre sua miséria e as políticas de administração da crise pelos governos federal e estadual.

De outro lado, age a organização independente cada vez mais ampla das mulheres, principalmente através dos bairros em inúmeros grupos, associa-



ções e comissões. Este movimento, por exemplo, é o resultado de um processo iniciado em torno à luta contra o aumento do preço do leite, a seguir ampliado para todos os alimentos: "Se os nossos salários são congelados por seis meses, por que os preços dos alimentos básicos não podem ser congelados por seis meses também?", perguntam as organizadoras. Em outubro, elas recolheram as primeiras 5.500 assinaturas para um abaixo-assinado exigindo o congelamento dos preços dos alimentos, que foi entregue à Secretaria da Agricultura no dia 30 de outubro por cerca de 150 mulheres. A partir daí, foi formada uma comissão que discutiu com a Secretaria e preparou a grande assembléia de dezembro.

As perspectivas desta luta são enormes. Diante de colocações do próprio secretário Nelson Nicolau, sempre alegando que a responsabilidade maior é da esfera federal, as mulheres caminham no sentido de questionar o Ministério da Agricultura e a política econômica de Brasília. O futuro governo Tancredo, já comprometido com o FMI, certamente, não poderá atender, a principal reivindicação deste movimento, que tende a crescer ao ritmo alucinante da crise econômica. Assim, a luta das mulheres — e dos homens — contra a carestia sem dúvida será um dos componentes importantes da resistência ao pacto social e ao compromisso que o candidato Tancredo Neves pretende impor aos trabalhadores.

Saúde da mulher em debate

Com o nome de **Saúde da Mulher: Formas de organização e atuação**, foi realizado em São Paulo, de 15 a 18 de novembro último, um primeiro encontro nacional sobre a saúde da mulher. A Comissão organizadora, foi composta por cinco entidades de São Paulo — Casa da Mulher do Grajaú, Casa da Mulher de São Paulo, Centro de Informação Mulher-CIM, Serviço de Orientação à Família-SOF, e Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde.

O encontro foi organizado, basicamente com dois tipos de atividades: a interação entre os vários grupos dos dezessete estados presentes e a discussão de temas específicos relacionados à situação da saúde e à questão da contracepção no Brasil. A interação entre os grupos trouxe à tona a riqueza da experiência do trabalho alternativo de mulheres na área de saúde e sexualidade, inclusive com a demonstração direta desse trabalho através de oficinas.

Embora a discussão sobre a situação real da saúde das mulheres em todo o país tenha levantado os principais problemas enfrentados pelas mulheres no seu cotidiano, não houve, de maneira sistemática a discussão de formas de organização e atuação que se projetassem como uma possível resposta aos programas de planejamento familiar que já estão sendo implantados pelo governo.

Depois de quatro dias de encontro foi aprovado um documento para ser entregue às secretarias de saúde dos estados e outros órgãos oficiais. O documento aborda várias das principais



questões relativas às necessidades de saúde e atendimento à mulher. A proibição por parte da entidade financiadora do encontro — Fundação Pathfinder — de que o problema do aborto constasse do documento final oficial do encontro levanta para o movimento de mulheres e suas entidades a urgência da discussão sobre a sustentação do movimento e os riscos da interferência na sua autonomia e na sua linha política.

CUT paulista reúne trabalhadoras

A Cut estadual de São Paulo, por iniciativa de sua executiva, formou uma comissão aberta de sindicalistas para organizar o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras de São Paulo. Previsto para 8 e 9 de fevereiro próximo, o Encontro promete quebrar o isolamento das mulheres em suas categorias, realizando a importante experiência de situar seus problemas específicos enquanto mulheres e enquanto trabalhadoras, traçar um plano de lutas e encabeçar campanhas em torno das reivindicações específicas das mulheres.

Como segundo ponto de discussão, o Encontro inclui a preparação do 8 de março (Dia Internacional da Mulher).

Esta iniciativa reflete sem dúvida um novo ânimo de vários setores do movi-

mento sindical paulista com relação às questões específicas das mulheres trabalhadoras, que aparece nas propostas e experiências já em prática no sindicato dos Químicos, dos Couros e Luvas, na APEOESP, etc.

Com esta proposta, a CUT estadual paulista está, na verdade, ampliando sua perspectiva de lutas em direção a um setor da classe trabalhadora que até hoje tem enfrentado dificuldades para participar organizadamente, dado o nível de opressão a que está submetido. Além disso, será a primeira vez em que mulheres agrupadas em categorias diferentes se reunirão num mesmo encontro, sob a direção da Central Sindical. E abre-se uma possibilidade de tornar a data do 8 de março mais representativa de todas as mulheres.

Agenda Feminista

O CIM (Centro de Informação Mulher) e o SOF (Serviço de Orientação à Família) querem que você passe o ano de 85 curtindo a produção, a história e o momento vivido pelas mulheres. Para isso, fizeram uma agenda, "bonita e gostosa", que você pode comprar por Cr\$ 6.000,00 no CIM — Rua Leônicio Gurgel 11, CEP 01103, São Paulo, SP — ou na sede do EM TEMPO em São Paulo.



A eleição de Reagan e a paz mundial

A grande imprensa mundial que representa os poderes mais importantes na política internacional foi muito clara sobre o fato de que a vitória de Reagan não representa um mandato para uma política imperialista mais agressiva.

Gerry Foley

O "analista político" do Izvetia, S. Kondrashov, escreveu de Washington: "as eleições foram ganhas no calor do 'novo patriotismo'. América em primeiro e melhor lugar do que todo o mundo... Os 'novos patriotas' estão prontos a aplaudir o rude ataque a Granada, mas ao mesmo tempo rapidamente aceitam a retirada dos marinheiros americanos de Beirute depois de duzentos deles terem sido mortos por um ataque terrorista."

"Eles gostam de exercer o músculo militar americano, mas preferem que isto seja feito sem perdas de soldados. Eles apóiam uma política de paz a partir de uma posição de força mas eles são contra que ela se volte para a ameaça de uma guerra nuclear".

O caráter superficial das oscilações ou "transformações" no contexto da política burguesa nos Estados Unidos não é segredo para Kondrashov: "Como a experiência das décadas recentes mostra, mesmo vitórias esmagadoras têm vida curta. Lyndon Johnson teve que enfrentar este fato quando, após o seu triunfo em 1964, ele se recusou a concorrer em 1968, depois de ter-se envolvido na areia movediça do Vietnam. Richard Nixon foi também eleito por uma esmagadora maioria em 1972 e depois de apenas dois anos ele teve de optar por uma retirada inglória frente ao escândalo de Watergate".

Preocupação com o triunfalismo

O *London Economist*, que expressou um certo nervosismo com o triunfalismo do governo de Thatcher, também achou motivos para se preocupar com a grande vitória de Reagan: "Reviravoltas, grandes ou pequenas, tem rapidamente seguido os triunfos dos quatro últimos presidentes norte-americanos que retornaram ao poder com majorias alastrantes".

"A história não precisa se repetir, mas não é difícil ver como isto poderia ocorrer. Idade avançada, maus conselheiros, más opiniões, má sorte, alguma coisa disso poderia gerar uma reviravolta desagradável para Reagan. A recessão não vai ser facilmente evitada. Reagan foi presidente em um dos mais difíceis períodos econômicos desde a grande depressão, como também na mais espetacular retomada desde a guerra da Coreia. Uma engenhosa administração pelo Federal Reserve e por Reagan reeleito vai ser necessária se o crescimento aberto, fruto do corte dos impostos e da expansão dos gastos com a defesa, não demonstrar maior fôlego. A campanha de Reagan neste ano se centrou principalmente na sua pretensão de haver restaurado tanto a economia como a dignidade nacional. País sem a retomada econômica, o lema "América está de volta" dificilmente pode ser convincente. Não era certamente em 1982 quando a cotação de Reagan na opinião pública estava mais baixa do que a de Carter após dois anos na presidência".

Limites da retomada do crescimento

The Economist de uma maneira indireta apontou a fraqueza essencial da retomada dos EUA: "Todos os problemas econômicos seculares que Reagan escondeu debaixo do tapete no seu primeiro mandato ressurgirão antes que o seu segundo governo esteja na metade. O financiamento do que a América paga para o rearmamento militar, dos seus vãos altos nos seus programas de defesa e saúde, a sustentação de seu sistema bancário — estas não são tarefas que os europeus, japoneses e países subdesenvolvidos do terceiro mundo vão assumir para sempre para a rica América".

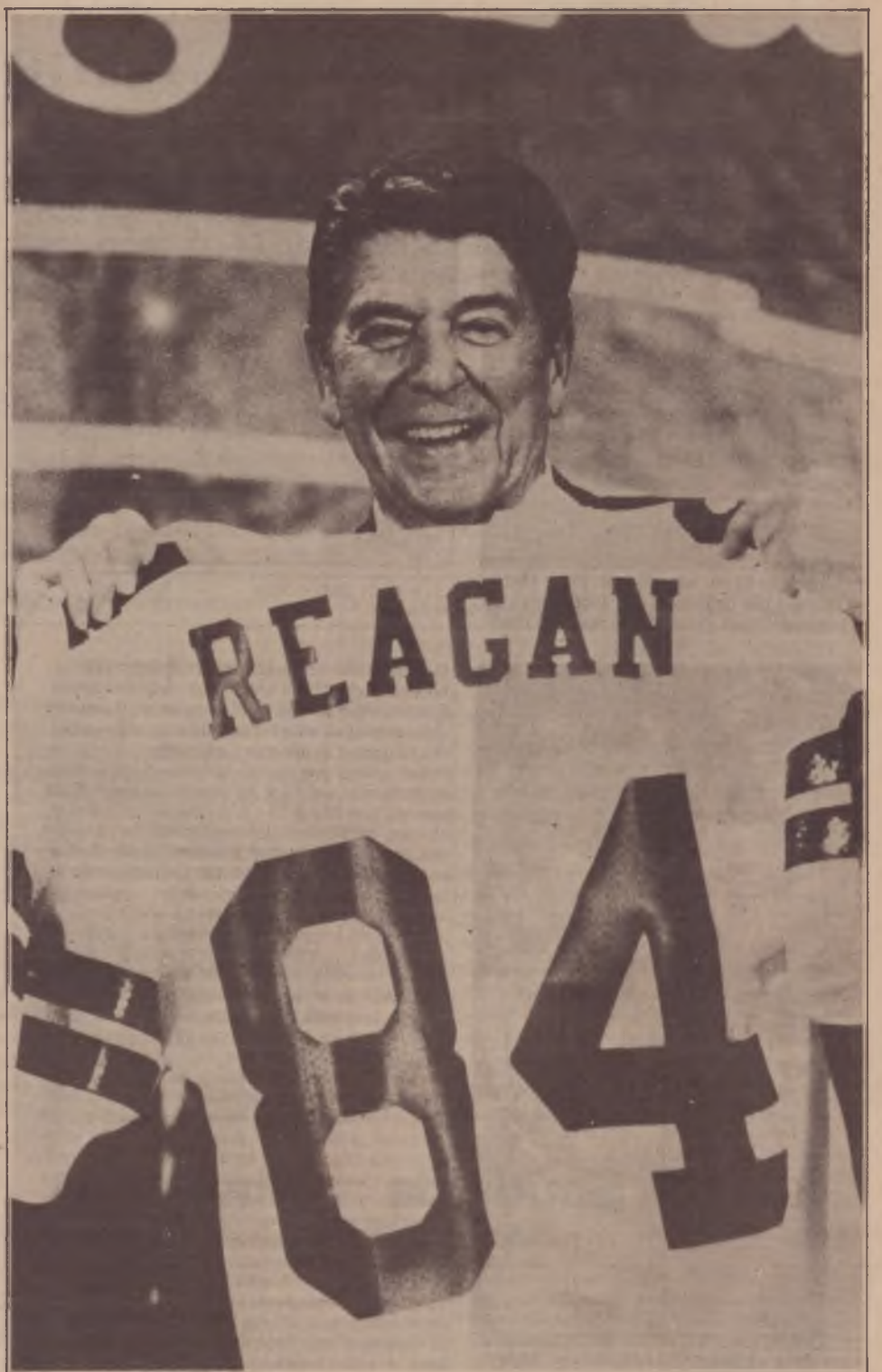
A lista dos problemas naturalmente inclui o recurso do capitalismo internacional de cortar os gastos com os seguros sociais. Mas o problema fundamental vem do fato que a retomada foi gerada pela expansão do déficit em armamentos, foi financiado pela sangria do capital do resto do mundo e minando todos os setores da economia capitalista internacional. Na sua edição de 7 de novembro, o mais prestigioso dos diários franceses, *Le Monde*, publicou a tabela abaixo mostrando a evolução dos indicadores econômicos principais no primeiro mandato de Reagan.

O impasse de Reagan

Na edição de novembro do *Financial Times*, Samuel Brittan também apontou os perigos para Reagan, mesmo procurando não ser alarmista: "O dólar em elevação incapacitou os EUA de "importar" uma taxa de inflação menor, através de importações baratas e a pressão declinante dos preços dos produtos negociados. Uma mera estabilização do dólar pode facilmente acrescentar 1% à taxa de inflação nos EUA; e uma modesta recada pode ter um efeito impactante de 2% — levando à inflação recorde de 6%...".

"Da mesma maneira, a continuidade da alta do dólar pode acarretar problemas mais graves. Por que pode desencadear uma dinâmica explosiva que, em última instância, ele varia tanto as taxas de juros nominal e real a níveis tão altos como não se vê desde 1981... O fator determinante é vacilante e ainda crescente déficit nas contas correntes dos Estados Unidos".

Brittan continua explicando: "não há nada de intrinsecamente errado com a maior parte dos déficits se eles facilitam um investimento crescente que pagarão o seu próprio uso. No caso americano, entretanto, ele é também o sintoma de algo muito menos saudável, especialmente um desequilíbrio básico na política interna americana entre uma política fiscal altamente estimulante e uma política monetária moderadamente restriti-



va. O efeito fundamental é que os EUA estão praticando um ataque a poupança internacional, para financiar tanto o seu déficit orçamentário como seu investimento interno...

"A questão dos 64 trilhões de dólares é quão longe pode a dívida americana crescer antes que os que detêm os fundos de dólares no exterior recuem de medo como fizeram antes no caso da América Latina".

Há duas maneiras de frear a espiral da dívida, escreve Brittan: uma é cortar o déficit orçamentário e pagar um alto preço político; outro é perder a confiança dos investidores estrangeiros. Brittan expressa uma confiança que alguma combinação dos dois caminhos poderiam parar o curso para o desastre mas ele não quer prever "se vão ocorrer aterrisagens macias ou correções abruptas; e eu não estou procurando atemorizar as pessoas com as mais pessimistas possibilidades".

É interessante, porém, que se Brittan apresentou uma detalhada e bem focalizada análise do dilema econômico de Reagan, ele começou o seu artigo mencionando fatores que são mais políticos, no sentido que eles não são imediatamente ou simplesmente produtos dos problemas econômicos imediatos.

"Não vai ser surpresa se os grandes problemas do governo Reagan começa-

rem agora que o presidente assegurou uma vitória espetacular. Os problemas de Thatcher começaram a se acumular com algumas semanas após a sua reeleição: e de uma maneira semelhante Helmut Kohl começou a enfrentar seus escândalos e problemas políticos após a sua reeleição".

Fragilidades dos regimes conservadores

O fato é que os regimes agressivamente conservadores sofrem de desvantagens políticas intrínsecas. Uma delas é que são normalmente mais ligados aos grandes grupos econômicos do que a burguesia liberal ou governos sociais democratas e, por isso, tendem a ser sujeitos de escândalos financeiros, como no caso Flick na Alemanha Ocidental.

Em segundo lugar, um curso mais agressivamente de direita, ao mesmo tempo que é capaz de alcançar vitórias temporárias, tende a construir potencialmente situações inesperadas e incronotáveis, como aconteceu mais espetacularmente, sob o regime de De Gaulle na França, e está agora ameaçando acontecer com Thatcher.

Em terceiro lugar, tais governos, por causa da sua necessidade de mostrar força são inclinados a aventuras com custos

imprevistos de longo prazo, como no caso da guerra das Malvinas para Thatcher.

Em quarto lugar, regimes direitistas atualmente dependem de e fomentam movimentos retrógrados e obscurantistas tais como os demagógicos círculos bíblicos que são uma parte importante da nova direita de Reagan. Este desenvolvimento parece já ter custado o voto da comunidade judaica, que estava aparentemente mais preocupada com as lamentações irritantes dos pregadores que sensibilizados pelo apoio de Reagan a um estado sionista forte.

A polarização eleitoral

Na realidade, o tamanho da vitória de Reagan no colégio eleitoral é, a longo prazo, uma indicação de fraqueza mais do que de força, porque o que ela reflete é uma polarização nacional maior, o desaparecimento gradual das diferenças regionais. Sua maioria em termos de voto popular foi, na verdade, menor do que aquela de Lyndon Johnson em 1964 ou de Richard Nixon em 1972.

As atividades dos grupos pelos direitos civis dos negros no sul levou à substituição do "sólido" sul por uma dura polarização racial do voto, com a esmagadora maioria dos votos negros para o Partido Democrata e a esmagadora maioria dos votos brancos para o Partido Republicano a nível nacional. A curto prazo, isto levou a que Reagan vencesse em todos os estados sulistas, mas a longo prazo isto pode colocar alguns problemas fundamentais para o sistema político burguês norte-americano.

Após esta eleição, o Partido Democrata não tem muito a oferecer aos negros e eles são os mais duramente atingidos pela austeridade capitalista. Nas eleições primárias do Partido Democrata, por exemplo, o político negro Jessie Jackson fez colocações e tomou atitudes sobre política externa que levaram a uma reação de todo o establishment político burguês. Alguns poucos exemplos mostram o tipo de pressões que estão atuando sobre líderes negros com aspirações e compromissos burgueses.

Crescimento da pobreza

Desde 1981, o número daqueles que são oficialmente classificados como "pobres" nos Estados Unidos cresceu de 25 para 35 milhões, isto é, no meio daquela que *The Economist* saudou como a mais importante retomada do crescimento desde o período da guerra da Coreia. A taxa de pobreza entre a população latina que é historicamente situada na posição de pessoas racialmente mistas no contexto do sistema racial de castas americano, 28,4% eram oficialmente "pobres" de acordo com as estatísticas de 1983. Entre os negros, a taxa era de 35,7%. A taxa para a sociedade em seu conjunto era de 15,2%.

De forma especial, órgãos influentes na opinião pública da Europa Ocidental expressaram mais preocupação sobre os efeitos da vitória de Reagan sobre a política externa norte-americana do que o *Pravda* ou o *Izvetia*. Por exemplo, no seu editorial de 8 de novembro, *Le Monde* escrevia: "Para os aliados dos Estados Unidos, a mensagem é clara. Os americanos conferiram um mandato para um homem para quem um egoísmo sem vergonha é uma parte importante do patriotismo. A Europa não pode esperar favores ou atenções especiais. Hoje como ontem, ela vai ser ouvida apenas

na medida em que demonstrar força e determinação".

Um blefe calculado

A revista *Der Spiegel* da Alemanha Ocidental interpretou a eleição de Reagan como um "siga em frente" para o "plano de Guerra nas Estrelas", o sistema para ganhar uma guerra nuclear no espaço através de novas tecnologias eletrônicas. Dessa visão, ela tirou duas conclusões: os Estados Unidos se voltam para uma estratégia de longo prazo de preparação da guerra; isto poderia condenar os seus aliados capitalistas a uma subordinação eterna. Como demonstração, ela citou Hans Mark, o ministro americano da Aeronáutica: "O Japão é um exemplo. Apesar dos nossos conflitos econômicos, nós mantivemos uma certa influência sobre ele porque os japoneses sabem que a sua segurança... depende de nosso fogo nuclear. O mesmo vale para os alemães. Se os alemães ou os japoneses pensavam que eles poderiam defender-se a si próprios contra um ataque nuclear, uma situação completamente nova surgiria".

Der Spiegel comentava: "Assim, a implicação é que o sistema de 'guerra nas estrelas' visa ser construído para defender um maior poder dos EUA sobre os seus aliados".

A mais imediata consequência da eleição de Reagan foi a retomada das ameaças contra a Nicarágua. O *Financial Times* de 13 de novembro, e outros grandes jornais capitalistas, interpretaram isto como um blefe calculado.

Por outro lado, o papel que o governo de Reagan cumpre, como outros governos direitistas que ascenderam ao poder na fase de crise econômica, tem por sua própria natureza um mais ameaçador dedo sobre o gatilho que governos capitalistas em períodos de maior estabilidade.

As limitações de Reagan

Neste particular, enquanto é importante entender as limitações da vitória de Reagan, isto não significa que o resultado das eleições norte-americanas não seja um obstáculo para a paz. O fato de que em um período de crise capitalista não há mais alternativas amplas para os partidos burgueses no mais poderoso país do mundo é um perigo crescente para a humanidade. Este aspecto foi particularmente esquecido na cobertura da imprensa soviética, para quem o único assunto era a "paz" enquanto de forma isolada dos perigos gerais criados pela crise da economia capitalista mundial.

Entretanto, ao mesmo tempo das eleições americanas sem alternativa, houve uma eleição com alternativa para as massas na Nicarágua. E os nicaragueneses demonstraram que, mesmo enfrentando dificuldades econômicas e ameaças de guerra, a grande maioria do povo trabalhador deu o seu apoio entusiástico à liderança que demonstrou uma dedicação autêntica para os seus interesses e os seus direitos democráticos.

As eleições na Nicarágua foram a mais efetiva resposta às crescentes ameaças militares dos EUA. Quando as massas americanas vêem a sua sociedade em decadência, a sua segurança econômica crescentemente atingida, o seu nível de vida caindo, e uma terrível ameaça de guerra nuclear — e elas não tinham alternativa nestas eleições — como Reagan pode levá-las a aceitar a guerra contra um povo que tinha uma alternativa e livre e corajosamente a escolheram?



Indicadores da evolução da economia americana

	1980	1981	1982	1983	1984
Desemprego	7 %	7,5%	9,5%	9,5%	7,5%
Crescimento no volume do PNB	-0,3%	2,6%	-1,9%	3,4%	6%
Preços ao consumidor	13,5%	10,4%	6,1%	3,9%	4%
Déficit Orçamentário (em bilhões de dólares)	60	60	110	195,4	175,3
Balanço Comercial	-25,3	-27,9	-36,3	-69,4	-130
Dólar (taxa média anual em relação ao franco)	4,22	5,43	6,57	7,62	8,61

Como Reagan pode ser derrotado

John Ross

A reeleição de Reagan não foi exatamente uma surpresa. Mas uma indicação do que está por vir já foi anunciada com a ameaça de invasão americana na Nicarágua logo após as eleições americanas.

Esta situação coloca uma grande questão para a estratégia dos socialistas de todo o mundo. Como poderemos lutar contra o mais reacionário dos presidentes norte-americanos nos próximos cinco anos? Como pode a política internacional dos Estados Unidos e seus aliados ser derrotada?

Neste artigo, o teórico marxista John Ross procura responder a estas perguntas a partir das lições da grande luta internacional contra os Estados Unidos, a guerra do Vietnã.

A eleição de Ronald Reagan em 1980 coincidiu com uma intensa retomada do debate sobre política internacional na ala esquerda do movimento operário. Os dois fatos estão intimamente ligados.

Durante o período do relaxamento das tensões entre "Leste/Oeste" — os anos da détente — muitas das tendências fundamentais da política internacional pareciam ter se modificado. Desenvolveu-se uma tendência de discutir a política enfatizando-se as "especificidades nacionais". A discussão da política como um sistema mundial e conseqüentemente de uma estratégia internacional estava relativamente ausente.

Mas a realidade de Ronald Reagan cedo lembrou aos socialistas de maneira brutal que as forças fundamentais da política têm uma natureza internacional. O mundo não é simplesmente uma soma de estados nacionais isolados.

Pelo contrário, cada força fundamental que se confronta com a classe operária — o reaganismo, a burocracia soviética, o poder dos Estados Unidos, o sistema imperialista, a crise econômica capitalista — operam em uma escala mundial.

Como Trotski afirmou, a nossa é "a época do imperialismo, isto é, da economia e da política mundial sob a hegemonia do capital financeiro". Por isso, "nem um simples partido pode estabelecer o seu programa somente



ou fundamentalmente a partir das condições e tendências de desenvolvimento de seu próprio país... uma orientação nacional para o proletariado deve derivar de uma orientação internacional e não vice-versa".

Uma estratégia internacional

Esta verdade, que se aplica para todos os países, é verdadeira com redobrada força em um país imperialista e acima de tudo para os Estados Unidos. Porque a força da classe dominante em um país imperialista não vem somente da exploração da classe trabalhadora em seu próprio país. Ela vem da exploração da classe trabalhadora em todo o mundo.

Daí porque a luta contra uma classe dominante de um estado imperialista não pode ser entendida apenas do ponto de vista nacional. E isso é particularmente verdadeiro para os Estados Unidos, o mais poderoso poder capitalista do mundo. Uma estratégia para combater Reagan é necessariamente, na sua essência, uma estratégia internacional.

Lênin formulou o seu entendimento da luta em um país imperialista há setenta anos com grande precisão: "a revolução socialista não vai ser somente, ou principalmente, uma luta do proletariado revolucionário em cada país contra a sua burguesia nacional. Não, vai ser uma luta de todas as colônias e nações oprimidas pelo imperialismo, de todos os países dependentes, contra o imperialismo internacional".

"Caracterizando a aproximação da revolução socialista mundial... nós dissemos que a guerra civil do povo trabalhador contra os imperialistas e exploradores em todos os países avançados está começando a se combinar com as guerras nacionais contra o imperialismo internacional. Isto está confirmado pelo curso da revolução e vai ser mais e mais confirmado com o seu avanço."

A dinâmica da revolução

Em um dos seus mais famosos artigos escritos no fim de sua vida, **Melhor poucos, porém bons**, Lênin sublinhou as perspectivas que afluam da realidade de uma maneira ainda mais clara: "como resultado da última guerra imperialista (a primeira guerra mundial) um número de países do Oriente a Índia, a China etc foram completamente afetados na sua rotina... É agora claro para todo mundo que eles foram envolvidos em um processo de desenvolvimento que vai levar a uma crise em todo o mundo capitalista..."

"Precisamente como o resultado da primeira guerra imperialista, o Oriente foi definitivamente puxado para o movimento revolucionário, foi puxado para o remoinho do movimento revolucionário internacional".

Em última instância era a revolução no "Oriente" que, na análise de Lênin, poderia levar à vitória da revolução socialista mundial. Nas palavras de Lênin: "em última análise, o resultado da luta vai ser determinado pelo fato de que a Rússia, a Índia, a China englobam a esmagadora maioria da população do mundo. E durante os últimos anos foi essa maioria que foi tragada para a luta pela emancipação com extraordinária velocidade, de tal maneira que não pode haver a menor dúvida sobre qual vai ser o resultado da luta internacional. Neste sentido, a completa vitória do socialismo está plena e absolutamente assegurada".

O fato de que grandes reservas da revolução socialista mundial não eram vistas por Lênin como o proletariado da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, mas os bilhões da Rússia, da Ásia, e dos países semi-coloniais foi e é duplamente ofensivo para estes que foram educados pelos partidos socialistas Europeus — a "Internacional da raça branca" como Lênin afirmava. No entanto, a his-

tória confirmou a análise de Lênin e não aquela dos seus oponentes cuja análise política permanecia restrita à Europa.

Foi o poder militar da União Soviética, não a classe operária da Europa Ocidental, que se mostrou capaz de derrotar a Alemanha de Hitler, apesar da política de Stalin. Na Ásia foi a longa luta do Partido Comunista Chinês que impediu o Japão de abrir uma "segunda frente" no Oriente contra a União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial e que em 1949 arrancou a China do sistema capitalista internacional.

Três eventos grandiosos

Desde 1945 três eventos grandiosos, três lutas gigantescas entre os Estados Unidos e os povos da Ásia caracterizaram o curso fundamental da história do pós-guerra. O primeiro foi a revolução chinesa. O segundo foi a derrota da invasão norte-americana da Coreia pelo Estado Operário chinês. O terceiro foi a vitória vietnamita primeiro sobre a França e depois sobre os Estados Unidos na Indochina.

Foram estes eventos, cujas conseqüências afetaram todo o mundo, que forjaram o contexto político das outras lutas.

As conseqüências destas lutas na Ásia e o seu efeito em derrotar os Estados Unidos e aliados, igualmente ocorreram de acordo com as previsões políticas de Lênin. Enquanto nos Estados Unidos, na Europa Ocidental, e no Japão, os Estados Unidos e seus aliados conseguiram utilizar o papel cumprido pelos social-democratas reformistas e pelos partidos comunistas para conter a classe operária, um sucesso equivalente não foi possível na Ásia e em outras regiões semi-coloniais.

As vitórias da revolução em Cuba e na América Central, como a completa descolonização da África e da Ásia no período de pós-guerra, se desenvolveram no contexto criado pela vitória militar da URSS na Segunda Guerra Mundial e pelas três grandes guerras travadas pelos Estados Unidos e seus aliados na Ásia.

Em termos históricos, é claro que no período do pós-guerra as classes operárias dos países capitalistas avançados acharam-se situadas no contexto da política mundial criada pela colisão do imperialismo norte-americano e a revolução colonial. A maioria das lutas da classe trabalhadora que se desenvolveram de 1968 a 1975 na Europa Ocidental não eram, como muitos da esquerda pensaram na época, o advento da "Revolução Européia". O seu surgimento e desenvolvimento inicial, e o seu declínio após 1975, estava intimamente ligado às conseqüências econômicas do aumento e do declínio do esforço dos Estados Unidos contra a Indochina.



Os elos mais fracos

O centro da crise do mundo imperialista foram as contradições políticas e econômicas dos próprios estados imperialistas. Mas as suas mais violentas convulsões e manifestações, as regiões onde a derrubada do capitalismo teve lugar, foram na "periferia" do sistema. A tormenta que se desenvolveu no mundo foi criada pela situação em Detroit, no Ruhr e no Japão, mas os efeitos mais violentos tiveram lugar na Nicarágua, em Granada e no Irã.

Neste desenvolvimento, o capitalismo seguiu a lógica que ele mostrou no século vinte, uma lógica que deriva da natureza do sistema imperialista.

Grandiosas lutas de classe tiveram lugar nos centros imperialistas durante o curso do século vinte — 1919 e 1923 na Alemanha, 1920, na Itália, 1926 na Inglaterra, 1936 na Espanha, 1944/45 na França e na Itália, 1968 na França, 1974/75 em Portugal para nomear algumas delas. Por duas vezes, em seguida à I e II Guerras Mundiais, crises revolucionárias se desenvolveram em vários países imperialistas.

Mas nos países imperialistas existem não apenas as classes operárias mais poderosas do mundo como também as mais poderosas classes dominantes — classes dominantes que, em particular, foram capazes de criar poderosas burocracia as reformistas como defesa de seus interesses. A conquista do poder pela classe trabalhadora em um país imperialista avançado é mais difícil, e mais distante, que a conquista do poder pela classe operária em uma série de países semi-coloniais e ainda mais difícil que a conquista do poder em um país imperialista retrógrado como a Rússia em 1917.

A estabilidade nos países imperialistas

O resultado desta situação foi que enquanto dois grandes cataclismos, a I e II guerras mundiais, sacudiram as bases do poder o imperialismo em seus próprios estados (com a exceção dos EUA) nenhuma derrubada do capitalismo teve lugar nos países imperialistas avançados. A primeira e a Segunda Guerra Mundiais, seus desenvolvimentos, levaram a destruição do capitalismo na Europa do Leste e em uma série de países semi-coloniais, mas não à destruição do capitalismo nos próprios centros imperialistas.

Os partidos reformistas que foram capazes de salvar a Europa Ocidental e/ou permanecer subordinados a Moscou foram capazes, nos países semi-coloniais, confrontados com profundas contradições econômicas e sociais e classes operárias muito mais fracas, romper com Moscou e liderar lutas vitoriosas pelo poder.

Desde a Segunda Guerra Mundial, com a exceção de Portugal em 1974/75, as condições objetivas para a revolução socialista não existiram em nenhum país imperialista, nem vão surgir nos próximos anos. Entretanto, isto não significa que a classe operária nos países imperialistas está relegada a um papel secundário na luta de classes internacional ou nos confrontos que vão derrotar Reagan.

Em primeiro lugar, a classe operária dos países imperialistas vão desferir os golpes finais decisivos no sistema capitalista. Em segundo lugar, se nós considerarmos como os Estados Unidos foram derrotados no Vietnã nós poderemos ver papel da classe operária dos países imperialistas na luta de classe internacional e compreender como Ronald Reagan pode e vai ser derrotado.

Vietnã: as razões da derrota

No terreno puramente militar, os Estados Unidos poderiam ter vencido no Vietnã. Se a sua superioridade flagrante em armamentos convencionais não fosse suficiente, então, em última análise, os Estados Unidos possuíam armas nucleares que poderiam ter decidido o conflito.

O problema para os Estados Unidos entretanto era primeiramente o de que o confronto não podia ser considerado puramente no terreno militar e, em segundo lugar, ligado a isso, os Estados Unidos não poderia nunca separar a situação no Vietnã da relação de forças no plano internacional.

Se a luta militar contra os Estados Unidos na Indochina em si mesma foi um elemento indispensável para a vitória, foi a relação de forças no plano internacional em seu conjunto que levou os Estados Unidos à derrota. O Vietnã tornou-se inevitavelmente ligado a



qualquer outro conflito com o qual os Estados Unidos se enfrentavam no mundo.

O primeiro problema para os EUA foi que os Estados Unidos eram incapazes de invadir o Vietnã do Norte e cortar as bases e apoios das forças de libertação porque o Estado operário chinês deixou claro que enviaria seu exército para o Vietnã do Norte se os Estados Unidos aplicassem esta tática.

Em segundo lugar, o arsenal nuclear e a força militar da URSS atuaram como um elemento determinante de dissuasão para que os Estados Unidos não embarcassem em uma aventura atômica na Indochina. A União Soviética também atuou como o principal fornecedor de armas para o Vietnã do Norte e a Frente de Libertação Nacional. Mesmo que a URSS tenha ajudado militarmente muito menos do que poderia ter feito, os suprimentos que forneceu foram decisivos para manter a guerra no sul. Eles em particular prepararam a ofensiva final da Frente de Libertação Nacional que trouxe a vitória em 1975.

Uma luta em várias frentes

Somado ao papel dos Estados Operários, a guerra do Vietnã estimulou e foi acompanhada por um ascenso de luta de classes no mundo colônia 1. A luta da guerrilha contra a ocupação portuguesa na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola rapidamente ganhou força nos últimos anos da década de 1960 antes de conquistar a libertação em 1974/75. A Organização pela Libertação da Palestina (OLP) passava por um rápido crescimento depois da derrota dos regimes árabes na guerra de 1967 contra Israel. Uma série de eventos importantes da luta de classes se desenvolvia na América Latina principalmente na Argentina, Chile, Uruguai e Bolívia.

Em resumo, durante a guerra do Vietnã os Estados Unidos se viram confrontados com uma tensão e luta crescentes com o mundo colonial, lutas que no período 1975/79 levaram a um conjunto de derrotas de regimes sustentados pelos EUA em Angola, Nicarágua, Granada, Irã e Afeganistão.

Além disso, na Europa Ocidental as consequências da guerra do Vietnã se espraiaram em movimentos amplos de estudantes e jovens contra a guerra e forneceram o contexto econômico para um ascenso da luta de classes que se desenvolveu de 1968 a 1975.

Incapaz de suportar o risco político interno de taxar a classe operária americana para financiar a guerra, os Estados Unidos exportaram uma boa parte de seus custos para a Europa. Déficits profundos na Balança de Pagamentos americana tiveram lugar e foram financiados simplesmente pela impressão e "exportação de dólares", processo, que alimentou a rápida escalada inflacionária do fim dos anos de 1960 e início dos anos 1970.

A crise americana

A política norte-americana colocava a classe operária europeia em uma situação particular: as exportações para os Estados Unidos estimulavam aumentos na produção, enquanto que simultaneamente a classe operária da Europa Ocidental tinha o seu salário afetado pela inflação. Essa situação criou um contexto econômico favorável à explosão das lutas que se seguiu a 1968.

Confrontadas com este ascenso da luta de classes em seus próprios países, as burguesias da Europa Ocidental foram incapazes de manter a atitude tolerante frente à política econômica norte-americana que haviam assumido durante os anos 1960. Eles assim começaram a retirar ouro dos Estados Unidos para cobrir os seus ganhos em dólar. Em apenas uma semana de maio de 1971, os bancos centrais da Europa Ocidental compraram 422 milhões de dólares em ouro dos Estados Unidos, quase 5% de toda o estoque de ouro americano. Estes fatos precipitaram o anúncio feito por Reagan em 1971 que os Estados Unidos suspenderiam o sistema monetário internacional do pós-guerra. Em combinação com o controle interno os salários, as medidas de Nixon anunciaram a abertura da crise econômica americana do pós-guerra.

Guevara: muitos Vietnãs

Finalmente nos Estados Unidos, mesmo antes da imposição do controle dos salários, o conflito do Vietnã estava provocando não apenas a oposição direta à guerra, mas também criando abalos econômicos. Che Guevara em sua famosa carta com o título de **Criar dois, três, muitos Vietnãs** resumiu a situação perfeitamente: "Em um período não muito longo nós poderemos saber se o presidente Johnson pensou alguma vez em realizar algumas das reformas necessitadas pelo seu povo, para atenuar as contradições de classe que ganham a cada dia um poder explosivo. A verdade é que os avanços anunciados sob o título pomposo de "Grande Sociedade" caíram na latrina do Vietnã".

"O mais poderoso poder imperialista sente em suas próprias tripas as feridas infligidas por um pobre e subdesenvolvido país; sua fabulosa economia sente as tensões do esforço da guerra".

Foi essa poderosa combinação de forças de classe a nível internacional — a luta militar no Vietnã, o poder militar da URSS e da China, o crescimento da luta de libertação, os conflitos com a classe trabalhadora na Europa Ocidental, as tensões econômicas e o movimento anti-guerra nos Estados Unidos — que forçaram os Estados Unidos a terminar a guerra do Vietnã.

Como Henry Kissinger explicou publicamente, se os Estados Unidos não saíssem da Indochina, ela enfrentaria um desastre para suas posições em uma escala internacional. Os Estados Unidos foram forçados a aceitar

a derrota do Vietnã para evitar um desastre ainda maior à nível internacional

O fato de que os Estados Unidos foram capazes de se desembaraçar da Indochina com o mínimo de perda possível por um giro para a política de "detente" com a URSS constitui uma outra história.

As lições desta derrota na Indochina estão de fato gravadas no título do discurso de famosa carta de Che Guevara, **Criar dois, três, muitos Vietnãs**. Os EUA foram derrotados não simplesmente pelo movimento internacional contra a guerra mas pela combinação do ascenso da luta de classes a nível internacional. A Palestina, a luta contra o colonialismo português, a greve geral de maio de 1968 na França e suas consequências, o movimento anti-guerra nos Estados Unidos foram exatamente alguns dos outros "Vietnãs" que contribuíram para a vitória na Indochina.

Nada a perder, senão Ronald Reagan

As lições desta luta contra o Vietnã para a luta contra Reagan são evidentes. Não a "detente" mas a luta de classes internacional, a solidariedade e o fortalecimento ao máximo de cada luta que irrompe internacionalmente, é o melhor caminho para se lutar contra o governo dos Estados Unidos.

O povo da Nicarágua e da América Central, para tomar exatamente o exemplo maior da necessidade hoje de apoio, requer para a vitória tanto um movimento de solidariedade direto em uma escala mundial e a pressão de cada luta de classes que se desenvolve internacionalmente. O movimento anti-mísseis na Europa, a crescente luta de massas nas Filipinas, o importante movimento negro na África do Sul, a luta contra a austeridade onde quer que se desenvolva, são os "Vietnãs" que pode pressionar o colosso americano e ajudar a assegurar uma vitória na América Central.

Che Guevara colocou o problema de maneira perfeita. O poder dos Estados Unidos é tão grande que ele pode destruir cada um dos seus oponentes individualmente. A economia norte-americana é 2,5 vezes maior que a da URSS e muito mais avançada tecnologicamente. O orçamento militar norte-americano é maior do que a produção industrial total da China. O número de pessoas direta e indiretamente envolvidas militarmente é maior do que a população total da Nicarágua.

A única maneira dos Estados Unidos serem derrotados é fazer com que ele não possa concentrar suas forças contra um só inimigo, é fazer que ele se defronte ao mesmo tempo contra a luta de classes em escala internacional.

Construir o movimento de solidariedade com a América Central e estimular estas lutas internacionais é a tarefa que desafia hoje os socialistas.

Enfim, em resumo: trabalhadores do mundo, uni-vos. Vocês não tem nada a perder senão Ronald Reagan.

"Pedaços de morte no coração"

O livro de um brasileiro que passou quatro anos no inferno das prisões da Argentina, agora lançado no Brasil pela editora L&PM.



Flávio Koutzii desenvolveu intensa atividade política no meio estudantil brasileiro no final dos anos 60, refugiando-se por motivos políticos no Chile, na França e a partir de 1972 na Argentina. Preso pelos órgãos de segurança em 1975, foi libertado em 1979 em consequência de uma intensa campanha internacional de solidariedade.

— Flávio, o nome que você deu ao seu livro sugere o quanto escrevê-lo deve ter mexido em sua subjetividade, o quanto deve ter sido importante e ao mesmo tempo difícil para você...

Flávio — É, escrever este livro foi algo muito difícil. Na prisão, foi o núcleo da nossa personalidade, da nossa vontade, do nosso equilíbrio emocional que foi bombardeado, até conseguir começar a escrever o livro passaram-se quatro anos e meio após a saída do cárcere argentino. Travei uma batalha incansável para penetrar, recolher, dominar, tornar-me senhor de minha própria experiência. No livro, através de um esforço deliberado de distanciamento, procuro descrever e analisar este universo, a lógica do sistema de aniquilamento montado nos cárceres argentinos. Um universo empapado de minha subjetividade que se percebe através da própria identificação de cada um de seus aspectos.

Eu não poderia ter conseguido descrevê-lo e analisá-lo sem ter vivido a intensidade de seus efeitos. E, de certa forma, o conjunto dos presos tinha uma compreensão, mesmo que empírica, deste "engenho de destruição". Sem esta compreensão, nós jamais teríamos conseguido construir "o contra-sistema" nas prisões, as iniciativas para manter a nossa integridade enquanto pessoas. Era preciso amor a vida, disposição ideológica, sentido de dignidade, mas também era necessário compreender este universo em que estávamos metidos.

— Encontrar a lógica, compreender a racionalidade do sistema de prisões foi, enfim, uma forma de você reconstruir inclusive a sua integridade emocional. Como você se defendia no plano pessoal no período da prisão?

Flávio — Na prisão, cada preso político se defende da hostilidade desenvolvendo o que eu chamaria de uma "paixão unilateral", uma hiper-concentração interior. No meu caso, a grande paixão foi a correspondência com Norma, minha companheira. Vivia intensamente antes, durante e depois de receber as cartas, sonhava com o que viria, com o que iria escrever... Havia um companheiro na prisão de La Plata cuja paixão unilateral era o xadrez, isto é, a paixão pela inteligência. Quan-

do não estava no pátio jogando, estava estudando e preparando os lances, formulando as inesgotáveis combinações que o jogo permite, saboreando a surpresa e a novidade. A evocação de Graciliano Ramos é reveladora: o gran-

de escritor sobreviveu ao horror que viveu nas prisões do Estado Novo através da literatura, de uma intensa concentração em seu ofício de escrever. Há o caso dos judeus em campos de concentração durante a Segunda Guerra

Mundial que, sabendo-se condenados à morte, escreviam e enteravam os escritos na esperança de que algum dia eles seriam encontrados, como de fato o foram. Escreviam já desesperançados de viver, com os olhos não em seus con-

temporâneos mas para os que viriam...

— Escrever este livro foi para você também um exercício político, uma maneira de aportar uma contribuição ao entendimento dos mecanismos sofisticados que um sistema repressivo pode desenvolver...

Flávio — Eu acho que este livro não é prisioneiro de sua história. A sua história não terminou. A construção de um modelo carcerário estabelecido para aniquilar em vida o prisioneiro político será cada vez mais utilizada e sempre quando o movimento social que as forças reacionárias procuram calar desenvolver uma grande densidade e enraizamento nacional. O fenômeno dos nossos tempos, dos novos tempos da repressão é que a prisão já não é mais o lugar para onde se isola e neutraliza o inimigo mas é o lugar no qual se encerra o prisioneiro para destruí-lo. A prisão política é hoje concebida ativamente. Hoje, inclusive em vários países capitalistas desenvolvidos existem sistemas carcerários que desenvolvem esta concepção como as superprisões italianas, as prisões alemãs e as prisões inglesas da Irlanda do Norte.

Como você situa a contribuição específica de seu livro no conjunto das obras de relato ou memória dos presos políticos de sua geração?

Flávio — Apesar de não escrever, eu me dediquei bastante à leitura destes depoimentos após 1980. Eles em geral são marcados pelo seu objetivo de denúncia, de documentar os testemunhos das atrocidades cometidas nas prisões. Eu optei por centrar a discussão e a análise deste universo que permite ao leitor entender aproximadamente a sua lógica infernal e destrutiva e refletir sobre ela. Isso permite que, além dos gritos violentos dos castigados, se possa perceber o grito silencioso de uma cela vazia e de um prisioneiro isolado.

A minha avaliação que resultou da leitura das obras de memórias de presos políticos brasileiros é que, salvo raras exceções, elas são muito superficiais. Nem analisam suficientemente as raízes políticas que determinaram estas experiências, como tampouco conseguem explicar melhor os espaços onde se deu a tortura e os anos de prisão. Eu penso que não se pode pedir a uma só pessoa que produza uma síntese interpretativa que nem os grupos organizados de esquerda quando existiam foram capazes de fazer. De certa forma, todos os que escreveram sobre estas experiências ficaram condenados a contribuições parciais. Mas é importante que se conte sem modismos ou superficialidades, a parte que compartilhamos desta experiência. E acho também que o outro caminho, mais literário, que foi também tentado pelos que escreveram nos últimos anos exige grandes qualidades de escritor porque a experiência da tortura, da lealdade ou da traição, da derrota política, da humilhação são todos temas extremos da condição humana. Como não somos gracilianos, é muito difícil. Isto não quer dizer que eu não compreenda todo o desespero e toda a dor que estavam dentro das tentativas de contar nos livros de memória destes últimos anos.

Pedaços de vida nos cárceres da morte

Muito se falou dos trinta mil mortos nos campos de concentração criados pela ditadura militar argentina, uma cifra que equivale àquela dos cidadãos alemães assassinados pelo nazismo. Flávio Koutzii agora nos traz a experiência da mais sistemática e bruta opressão, vivida pelos dez mil outros presos nos cárceres argentinos nos anos finais da década de 1970.

As prisões são uma frente de combate na luta contra a subversão", dizia o coronel argentino Dottí, chefe do Serviço Penitenciário Federal, em 1976. O objetivo do combate: destruir o núcleo da personalidade, instalar a prisão no cérebro, aniquilar em vida os prisioneiros.

Um verdadeiro sistema, uma autêntica engenharia de destruição é implantada nos cárceres argentinos. Celas individuais para isolar; equipes de guardas treinados para disciplinar e subordinar; proibição de leitura, proibição de ginástica, proibição de comunicação com outros prisioneiros, proibição de todo tipo de trabalho; imobilizar o prisioneiro quatorze horas por dia, para exacerbar a sensação de fechamento sobre si mesmo; ausência de regulamentos e castigos permanentes. Homens já submetidos a meses de torturas, sob o impacto de uma grande derrota política, muitos deles com familiares e pessoas próximas vitimados pelo terrorismo da ditadura.

Cada cárcere, cada prisioneiro é palco de uma luta surda, um combate inusitado, um esforço apaixonado pela integridade ideológica, pelo equilíbrio da razão, em defesa da vida. Utilizando mil estratégias — pancadas ritmadas em código, vozes que sussuram pelas frestas, telescópios improvisados para observar a chegada do "inimigo" — os presos se estendem as mãos, recriam o coletivo, socializam a memória, criam espaços de liberdade e criação.

Nos cárceres cientificamente planejados para instalar a morte, brotam pedaços de vida.

• • •

"Nesta velha colônia penitenciária, os materiais utilizados eram velhos e facilitavam a propagação do som. As portas de cada cela tinham duas linhas paralelas de pequenos buracos, destinado a facilitar a circulação de ar. Os buracos estavam na parte inferior da porta. Para limpeza da cela, cada prisioneiro tinha o direito de conservar consigo uma vassoura. As janelas

conservavam ainda, atrás dos barrotes de ferro, grandes vidraças. Delas ou de recipientes de medicamentos, se obtinham pequenos pedaços de vidro.

Destas coisas os prisioneiros de Coronda faziam o "periscópio". Pegavam um pequeno pedaço de vidro e o poliam — pacientemente — até transformá-lo em um pequeno espelho do tamanho de um grão de feijão. E colavam em uma das faces um plástico negro que se podia encontrar em alguns medicamentos. Depois atavam o minúsculo espelho numa palha retirada da vassoura, utilizando o fio de sua camisa. Se fabricava, assim, um

sua extrema dureza, transferido de Rawson para Caseros, vai protagonizar um episódio surpreendente e revelador. É preciso antes de tudo recordar que o coletivo dos presos tinha como um de seus princípios "trabalhar" a guarda sempre que possível. Isto havia sido extremamente difícil nas prisões anteriormente descritas. No quadro mais aberto da nova Caseros a política é mais sistematizada e incluía uma série de iniciativas.

Uma delas é justamente a de que alguém, em nome do conjunto, saúde o guarda de turno por ocasião da passagem do Ano Novo. No Ano Novo de 1980,



O ardil do periscópio: o "contra-sistema"

instrumento de inspeção, leve, que podia facilmente ser destruído ou escondido. De fato, o polimento do vidro o deixava tão liso que sua ingestão não provocava nenhuma lesão interna; engoli-lo e "recuperá-lo" era uma questão de horas, sem nenhum dano para o aparelho digestivo.

Passando o "periscópio" por um dos pequenos buracos de ventilação, se podia ver o corredor e detectar a presença do guarda. Este gesto simples, obrigava, no entanto, a um certo esforço físico: o movimento de deitar-se de bruços sobre o chão, de concentrar-se olhando durante dezenas de minutos este minúsculo objeto.

Era a descoberta-chave. Este gesto já era a resistência, e o começo da reestruturação de sua própria força, de sua dignidade, de sua identidade. A partir daí, o prisioneiro dizia a si mesmo: "Eles podem fazer o que quiserem, mas eu tenho minha arma, meu periscópio, eu não me rendo, e faço a luta possível no interior da minha própria cela."

• • •

"Um guarda conhecido por

corresponde exatamente a este "duro" de Rawson a guarda da noite. O companheiro, designado para transmitir-lhe a mensagem do pavilhão, prepara-se contrariado por saber que justamente lhe tocará um dos maiores verdugos entre todos os guardas que cobrem este pavilhão. Quando solicita a presença do guarda e vai iniciando suas explicações o mesmo, ao melhor estilo dos formados em Rawson, dispara uma saraivada de ordens e interpelações autoritárias: "que quer? por que me chama? ponha as mãos para trás.. Finalmente o delegado do pavilhão consegue dizer-lhe que em nome de todos os seus companheiros transmite a ele e a toda a guarda o desejo de um Bom Ano. O guarda fica paralisado de surpresa e começa a chorar, perguntando-lhe em seguida se lhe podia apertar a mão, a ele, e a todos os presos do pavilhão. E assim o faz. Desde esse dia este guarda mudou completamente de comportamento. É evidentemente um caso isolado, mas exemplar do tipo de preparação a que estava submetido. Ele não estava programado para aceitar os presos como seres humanos."